



ATA Nº02.15  
Sessão de 29.04.15  
XI Mandato

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º - Relatório e Contas de 2014;**
- 2º - 1ª Revisão ao Orçamento e GOP;**
- 3º - Declaração de Interesse Público Municipal da Quinta da Felicidade – Abreu Pequeno;**
- 4º - Revogação da Declaração de Retificação nº1199/2014, de 24.11 e emissão de Declaração de correções materiais e retificações à Planta Geral de Ordenamento e ao Regulamento do Plano Diretor Municipal da Moita;**
- 5º - Atos da Câmara.**

Em virtude da 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, ter pedido a sua substituição nesta sessão foi solicitado pela Mesa da Assembleia que o deputado Henrique Luis Gonçalves Batista fizesse parte da composição da mesma. Sem objeções por parte da Assembleia o deputado acima mencionado ocupou o lugar como 2º secretário.

#### **Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Cátia Cristina Pereira Tavares é substituída nesta sessão por Luis Alcino Rodrigues Barata;
- Fabrício António de Sousa Pereira é substituído nesta sessão por Ana Isabel Correia dos Santos;
- Ana Paula da Ponte Candeias é substituída nesta sessão por Francisco da Conceição Feio;
- José Augusto Ribeiro Moura é substituído nesta sessão por José Pedro Pais Pereira;
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar é substituída nesta sessão por Célia Cristina Pereira Guilherme;
- João Daniel Baião de Brito Apolónia é substituído nesta sessão por Lina do Carmo Carvalho Ramalho.

#### **Verificação de ausências:**

- Verificaram-se as ausências de Lina do Carmo Carvalho Ramalho e Miguel Fernando Gomes Carregosa.

## **Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:**

Sr. Presidente da Câmara Municipal Rui Manuel Marques Garcia e os Srs Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, João Miguel da Silva Romba, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça e Edgar Manuel de Almeida Cantante.

## **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Pediram para intervir os seguintes cidadãos:

### **Sr. Pedro Aniceto**

Disse que acabou de pagar o seu IMI e sentiu-se na obrigação de agradecer à Assembleia Municipal por ter votado contra a proposta que o podia ter descido.

### **Sr. Joaquim Ribeiro**

Disse que no Carvalhinho existe uma pré-escola com cerca de trinta crianças, e o próprio é avô de uma delas, cujas condições não são as que se querem no município para crianças de três, quatro e cinco anos, porque não se justifica que exista apenas uma sanita e porque as crianças são obrigadas a sair da escola, passando pela chuva e ao frio, para ir comer num contentor. O que vem pedir é que alguém com responsabilidade vá ver a situação em que aquelas crianças se encontram, para além do cheiro a bafio que têm de suportar todas as manhãs.

### **Sr. José Carvalheira**

Informou que na noite de dezassete para dezoito de janeiro deste ano as caves do nº10 e 10-A no Carvalhinho foram inundadas, independentemente do saneamento. No dia dezanove ligou para a Câmara para falar com a secretária do Sr. Presidente que lhe perguntou se já tinha falado com o Sr. Vereador Miguel Canudo indicando-lhe que era o que devia fazer. Deslocou-se então à ex-socorquex onde foi atendido pela secretária do Sr. Vereador que lhe disse que só poderia marcar um atendimento para a segunda-feira seguinte, razão pela qual o pôs em contacto com a Eng<sup>a</sup> Mariana Pais que o atendeu muito bem, que se deslocou na tarde desse mesmo dia ao Carvalhinho para ver os estragos e que lhe disse que a solução passava por colocar uma válvula antirretorno. Quando questionada informou que se o próprio adquirisse a válvula a Câmara assumia a responsabilidade pela instalação e pelos materiais necessários.

No dia vinte e sete informou a Eng<sup>a</sup> Mariana que já tinha a válvula que lhe disse que ia combinar com o chefe de serviço, Sr. José Pereira, o dia para a montagem da válvula.

No dia dois de fevereiro deram-lhe a declaração que havia pedido para entregar ao seguro mas não lhe disseram mais nada.

No final do mês de fevereiro recebeu um telefonema do Sr. José Pereira que lhe disse que estava à sua porta para combinarem o local para a montagem da referida válvula onde, mais uma vez, se prontificou a comprar todo o material que fosse necessário e mais uma vez lhe foi dito que a Câmara é que assumia esse encargo e que ia planificar a obra.

No dia vinte e quatro de março o Sr. José Pereira telefonou-lhe por volta da uma da tarde para se encontrarem para lhe devolver a válvula, que tinha levado consigo no dia em que decidiram o local em que a mesma iria ser colocada, e para lhe dizer que afinal a Câmara não iria assegurar a montagem e que a única coisa que podiam fazer era oferecer a tampa. Nessa mesma tarde deslocou-se à ex-socorquex para falar com a Eng<sup>a</sup> Mariana e perceber qual o motivo para já não procederem à sua colocação mas, até hoje, ninguém lhe disse nada.

No final da tarde do dia 14 de abril recebeu um telefonema, salvo erro da Eng<sup>a</sup> Ana, a questionar porque é que nunca mais tinha dito nada para irem montar a válvula, tendo-a informado de que lhe tinham dito que afinal a Câmara já não fazia esse serviço, ao que ela respondeu não saber de nada porque a chefe não a tinha informado e, até hoje, ninguém lhe disse mais nada.

Pelo exposto disse que lhe parece que enquanto o assunto foi tratado pelos técnicos não houve qualquer problema mas quando chegou à parte política a montagem da válvula foi vetada, e o que lhe falta saber é se é por ser o José Carvalheira que anda aqui há quinze anos a “chatear”, no bom sentido, ou se é porque é o José Carvalheira que é membro da Assembleia de Freguesia da Moita pela lista do PS. É esta a dedução que faz mas se não foi por esta razão pede desculpas pelas palavras que proferiu.

Em conclusão disse que percebia se lhe dissessem que era uma coisa particular e que a Câmara não iria intervir mas prometeram, andaram um mês enrolados, e no fim não lhe dão uma explicação plausível para o facto de não montarem a válvula. É uma pessoa de palavra e se há coisa que preza é a sua palavra, aquilo que diz cumpre, não precisa de “escrituras” e quando lhe prometem uma coisa e falham sente-se muito indignado.

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Informou que as questões apresentadas ficaram registadas e que, caso existam, os esclarecimentos serão feitos no período dos Atos da Câmara, a não ser que queiram ser esclarecidos agora.

Por não haver mais pedidos de intervenção deu início ao período da Ordem do Dia, reportando-se à ata nº05.14, de 21.11.2014, que tinha sido retirada na última sessão por se terem levantado algumas questões.

#### **Sr. Luis Morgado do BE**

Pediu desculpa pela interrupção mas não pôde deixar de questionar o porquê dos membros da Câmara não responderem agora aos munícipes.

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Disse que cada uma das forças políticas aqui representadas, se pretenderem, podem intervir sobre as questões apresentadas pelo público neste período. No que concerne à Câmara informou que lhe transmitiram, no caso o Sr. Vice-Presidente, que não tinham esclarecimentos a prestar, para além do facto de todos saberem que normalmente essas respostas, a serem dadas, será no período dos Atos da Câmara.

#### **Sr. Luis Morgado do BE**

Disse que a Assembleia Municipal não deve estar na contingência dos senhores vereadores quererem ou não quererem responder porque o espaço é da Assembleia Municipal.

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Recordou que é exatamente por este ser o espaço da Assembleia Municipal que não é o espaço da discussão dos Atos da Câmara o qual, de acordo com o regimento da Assembleia Municipal aprovado por todos, acontecerá na sua altura, razão pela qual não devem interpelar a Mesa da Assembleia com questões que estão devidamente clarificadas no referido regimento em que todos participaram.

Esclareceu ainda que era sua intenção colocar a ata à discussão e depois dar a palavra às forças políticas aqui representadas, ainda que para alguns isso não tivesse lógica.

Entretanto, e perante os manifestos dos munícipes que colocaram questões, informou-os que, se quiserem, podem aguardar que alguém com certeza se irá pronunciar, o que não podem é interromper a sessão, pelo que, uma vez que já se pronunciaram, ou têm paciência para aguardar pela resposta ou não têm.

### **Sr<sup>a</sup> Filomena Ventura do PS**

Em primeiro lugar disse que comemoraram no sábado, e vieram à rua com orgulho quarenta e um anos depois, o 25 de abril, pelo que lamenta que hoje aqui o executivo que tem pelouros atribuídos não tenha, neste momento, nada a dizer. Quanto mais não seja deviam ter dito aos munícipes que aguardavam a chegada do Sr. Presidente da Câmara que, por razões pessoais que todos compreendem, não está ainda presente.

Em segundo lugar, e uma vez que o Sr. Presidente da Assembleia já fez alusão à ata, recordou os presentes que foi a própria que pediu que ela fosse retirada para poder ouvir a gravação da sessão e que, depois de a ouvir, concluiu que não tinha nada a propor, o que já transmitiu informalmente.

### **Sr. António Chora do BE**

Perante a referência do Sr. Presidente da Assembleia de que o regimento diz que os munícipes têm de aguardar pelo período dos Atos da Câmara, informou que o ponto três do artigo vinte e oito é claro quando diz: *“Em cada sessão ou reunião da Assembleia Municipal, será concedido ao público, após o início destas, um período de intervenção no máximo de 60 minutos, durante o qual podem ser abordados assuntos de interesse concelhio. Sobre estes assuntos deverá a Mesa da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal prestar esclarecimentos ou informações, que podem ser complementados por um membro da Assembleia indicado por cada Grupo Municipal.”* – isto é o que diz o regimento e não aquilo que o Sr. Presidente disse. As pessoas não têm de ficar à espera pelo período dos Atos da Câmara porque isso é no final da sessão.

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Afirmou que o que disse é que está consagrado no regimento que no período antes da ordem do dia haverá um espaço para a intervenção de um membro de cada força política. No caso, a Mesa não tendo explicações para dar solicitou-as à Câmara que disse também não as ter. No entanto, e no meio de todo este “calor”, o Sr. Vice-Presidente disse-lhe que a Câmara tem esclarecimentos a prestar.

Assim, adiou a apreciação da ata e deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para esclarecer as questões colocadas.

### **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Daniel Figueiredo**

Começou por dizer que tem sido prática, quando não têm toda a informação, solicitar aos munícipes que, posteriormente, tenham uma conversa, uma vez que ela não começa e finaliza aqui, porque quando há uma

discussão com todo este nervosismo parece que não se quer responder e não é disso que se trata. Fazem questão de falar sobre o assunto, o Sr. Vereador Miguel Canudo já procurou informações e a Srª Vereadora Vivina Nunes também quer falar razão, pela qual lhe irá passar a palavra.

#### **Srª Vereadora Vivina Nunes**

No que diz respeito ao Jardim-de-Infância (JI) do Carvalhinho informou que estão a falar de uma escola que foi adaptada para JI, ou seja, não foi feita de raiz para JI porque se trata de uma escola de 1º ciclo que ia fechar e que teve as devidas adaptações ainda que, naturalmente, tenha algumas situações que não existem nos JI's construídos de raiz. Da parte dos técnicos que lá trabalham não lhes tem chegado nada, à exceção de há cerca de uma semana lhe terem entregado um abaixo-assinado dos pais que está em avaliação e ao qual dará resposta.

Disse ainda que conhece muito bem o JI, que as situações que foram colocadas serão avaliadas e as respostas serão dadas atempadamente, algumas das questões terão fácil resolução, mas não lhes tinha sido dado conhecimento por parte dos técnicos, outras serão um pouco mais complicadas mas, naturalmente, dará uma resposta e se os senhores munícipes quiserem também agendará um atendimento para falar com eles.

No que concerne ao refeitório disse que a situação é um pouco mais complicada mas que é igual em todas as escolas de plano centenário pequenas, em que as refeições também são efetivamente dadas num contentor, mas estão a falar de um percurso que não tem mais do que cinco metros.

**NOTA:** Neste momento houve uma munícipe que se exaltou e interrompeu a intervenção da Srª Vereadora Vivina Nunes.

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Interpelou a munícipe pedindo-lhe que tivesse alguma contenção nas palavras, porque se todos os munícipes que têm razões viessem para a Assembleia dizer o que "lhes vai na alma" não conseguiriam funcionar. Pediu-lhe ainda que não interrompesse, recordou-a que já tinha exposto o seu caso e que agora não podia falar, pelo que devia aguardar e ouvir a resposta que a Câmara tem para lhe dar.

Deu novamente a palavra à Srª Vereadora Vivina Nunes.

#### **Srª Vereadora Vivina Nunes**

Reiterou a sua disponibilidade para reunir com os munícipes, deslocando-se inclusive à escola para falarem no local sobre as dificuldades existentes e sobre aquilo que pode ser resolvido, e reafirmou que têm várias escolas a funcionar assim, e funcionam bem, e realmente estes meninos são pequeninos, mas estão a falar de um trajeto de cinco metros.

Deu o exemplo da escola do Palheirão, que é relativamente nova, onde as crianças andam cerca de cinquenta metros, e ainda das crianças da escola nº7 da Baixa da Banheira que vão ao refeitório da escola nº2, porque os refeitórios não têm de ser necessariamente dentro do mesmo recinto onde estão os equipamentos das salas de aula.

Concluiu dizendo que esta é a informação de que dispõe no momento e disponibilizou-se, mais uma vez, para reunir com os munícipes, como aliás sempre tem feito com todas as pessoas que lho solicitam.

### **Sr. Vereador Miguel Canudo**

Sobre a montagem de uma válvula numa casa particular, seja de quem for, disse que é norma da Câmara montar ou ajudar a montar uma válvula, pelo que, pessoalmente, repudiou as palavras que aqui foram proferidas. Disse ainda que foi o próprio que deu ordem para montar a válvula, como sucede em todas as situações, mas acontece que foi explicado, e acredita no Sr. Carvalheira como acredita na Eng<sup>a</sup> Mariana Pais, que a válvula não cabe na caixa que lá existe e, nestes casos, os serviços têm indicações para não fazerem o serviço porque a obra é dentro da casa da pessoa. Foi dito também que até disponibilizavam algum material para montar e fazer a caixa e que depois montavam a válvula, e aquilo que lhe foi transmitido pela Eng<sup>a</sup> Mariana há cerca de cinco minutos é que está a aguardar que o Sr. Carvalheira lhe diga quando a caixa estiver feita para irem lá colocar a válvula.

Admitiu que possa ter havido algum mal-entendido na comunicação e, uma vez que até tem o número de telefone do Sr. Carvalheira, comprometeu-se a telefonar-lhe para a semana para falarem mas repudiou veemente a ideia de não fazer isto ou aquilo, a este ou aquele munícipe, seja ele o “Sr. Carvalheira ativista do PS” ou o “Manuel Joaquim que é do Porto”.

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perante as solicitações fez uma segunda ronda para intervenção dos munícipes.

### **Sr. José Carvalheira**

Agradeceu terem-lhe dado oportunidade para falar novamente e não querendo duvidar das palavras do Sr. Vereador Miguel Canudo reafirmou que na conversa tida com a Eng<sup>a</sup> Ana, no dia 14 de abril, se disponibilizou para reunir no local, dia e hora que quisessem para resolverem este problema para além de, pelo menos por três vezes, se ter disponibilizado para comprar todo o material necessário sendo que lhe disseram, textualmente, que não era preciso porque faziam tudo com exceção da aquisição da válvula.

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas pelo público.

### **Sr. Luis Chula do PS**

Disse crer que todos os membros presentes na sala, quer da Assembleia, quer da Vereação, entendem que este período que é consagrado à intervenção do público é importante porque promove a possibilidade dos munícipes virem aqui e exporem as suas razões e naturalmente pedirem alguns esclarecimentos.

Uma vez que o regimento define que a seguir à intervenção do público são prestados esclarecimentos, toda esta agitação e este “*qui pro quo*” que ocorreu aqui, teria sido resolvido se os membros da Câmara Municipal tivessem respondido logo às questões do público, e não posteriormente à agitação da bancada, porque se não tivesse havido intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal o executivo camarário não teria prestado esclarecimentos.

Podiam até ter dito, como já sucedeu, que iriam tomar a devida nota e depois iriam ver, o que considera curto porque acha que os munícipes merecem mais, mas compreende que muitas vezes não tenham perceção e conhecimento dos problemas aqui apresentados e que terão de ir aos locais para verificarem

efetivamente as reclamações, mas neste caso até havia conhecimento dos casos, quer por parte da Sr<sup>a</sup> Vereador Vivina Nunes, quer por parte do Sr. Vereador Miguel Canudo, pelo que não percebe a razão pela qual a Câmara Municipal “chutou para canto”.

**Sr. António Chora do BE**

Quis apenas dizer, não querendo interferir naquele que é o mal-entendido entre o Sr. José Carvalheira e o Sr. Vereador Miguel Canudo, que corrobora as palavras deste último sobre a sua atuação ser a mesma sem olhar a quem, por ter conhecimento da sua veracidade.

**Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco**

Em nome da bancada da CDU quis louvar a postura digna da Mesa da Assembleia bem como louvar o comportamento dos eleitos da Câmara, porque apesar de algumas “provocações” que aqui houve, passaram adiante, deram a resposta e mais importante ainda, tanto um como o outro vereador, se disponibilizaram para ir ao terreno com as pessoas, estudar os assuntos tentando resolvê-los e isto nem toda a gente faz e daí os parabéns.

Ainda em nome da bancada da CDU disse que todos, ou a maior parte, pagam impostos e que lamenta que haja pessoas muito enganadas com as questões dos impostos, porque a fatura fiscal no município da Moita é das mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa pelo que se alguém agradece ao município o comportamento que teve deve perceber que, neste local e neste sítio, as pessoas pagam menos impostos do que noutros locais, tendo-se inclusive disponibilizado para explicar e dar dados e gráficos que o comprovam, para além do facto de que o dinheiro que paga aqui é mesmo para ser investido no concelho e não para aumentar a dívida do município, nem a do município, nem a dos seus filhos, nem a dos seus netos, nem de ninguém, porque a dívida do município tem vindo a baixar atendendo à gestão que tem sido feita pela Câmara e pelas autarquias.

**PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA**

Foi apresentada, e posta a votação, a seguinte **Ata**:

Ata nº05.14 – Sessão de 21.11.2014 – XI Mandato

**Submetida a ata** a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e cinco votos a favor, sendo catorze da CDU, sete do PS, dois do BE, dois do PSD; quatro abstenções, sendo três da CDU, uma do PSD.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Em seguida, informou que deram entrada na mesa da assembleia:

- 1º Moção “1º de Maio” apresentada pelo BE;
- 2º Moção “41º Aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio, dia do Trabalhador em Liberdade”, apresentada pela CDU;
- 3º Saudação “Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio”, apresentada pelo PS;
- 4º Moção “Direito das Autarquias Locais a encetarem e concluírem, num quadro de autonomia efetiva, negociações tendentes a celebração de Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP)”, apresentada pela CDU.

Em seguida foi apresentada, pelo BE, a seguinte **Moção**:

**Sr. António Chora do BE**

“1º de Maio

Na próxima sexta-feira é 1º de Maio dia do Trabalhador.

Tal data, foi durante décadas proibida de se comemorar livremente em Portugal.

No nosso concelho, e em muitos outros do país, isso não impediu as manifestações, concentrações e reivindicações contra o regime opressor, contra a injusta guerra colonial e pelo direito à organização dos trabalhadores nas mais variadas formas das quais o sindicalismo é um expoente.

No concelho, os fragateiros, os pescadores, os pequenos agricultores, os pequenos comerciantes, os trabalhadores da construção civil, os trabalhadores das fábricas de cortiça, dos têxteis, da química e da metalurgia, entre muitos outros, destacaram-se na luta contra a opressão e pela liberdade.

No nosso concelho, no tempo do regime fascista e opressor, era nas vésperas ou após o 1º de Maio que a polícia política detinha muitos dos melhores filhos da terra que, posteriormente, torturava e condenava em autênticas farsas judiciais.

Foi graças à resistência local e nacional que foi possível construir o 25 de Abril que viria a restituir as liberdades a Portugal.

É graças ao 25 de Abril que hoje podemos comemorar livremente o 1º de Maio.

E estas são as comemorações depois de Abril e Maio de 1974 que mais importância têm, pois vivemos num período em que o desemprego é um flagelo, em que os trabalhadores e os reformados vêm restringidos os seus direitos e rendimentos através do aumento brutal de impostos, e ou de cortes diretos nos mesmos.

A atual geração, a mais formada dos últimos 100 anos, é a primeira desde o início do século XX cujas expectativas sociais e laborais são inferiores às dos seus pais.

Por todas estas razões, devemos fazer do próximo dia 1º de Maio um dia de festa pelas liberdades alcançadas e, ao mesmo tempo, um dia de luta contra todas as malfeitorias que os trabalhadores e o povo em geral têm sofrido com as políticas da Troika e dos que fazem da austeridade cega a sua política.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 29 de Abril de 2015, apela aos trabalhadores, ao povo do concelho e do país, para que no próximo dia 1º de Maio saiam à rua em defesa dos direitos conquistados com Abril.”

**Submetida a moção** a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo dezassete da CDU, oito do PS, dois do BE; duas abstenções do PSD.



Em seguida foi apresentado, pela CDU, a seguinte **Moção**:

**Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, João Miguel**

“41º Aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio, dia do Trabalhador em Liberdade

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do MFA – Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje uma grave e profunda crise económica e social, um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local Democrático representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

O Poder Local Democrático é parte integrante do regime democrático e é uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios de ampla participação, plural, colegial e democrática, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril e do 1º de Maio, devem ser momentos para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com os trabalhadores e com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser momentos para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Moita reunida a 29/04/2015, delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português;
2. Saudar os trabalhadores, os autarcas, o movimento associativo e a população, que se associou às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações, bem como enaltecer o Desfile da Liberdade realizado no concelho da Moita no dia 25 de Abril;
3. Saudar o 1.º de Maio, dia do Trabalhador e exortar à mobilização da população para que faça das comemorações do 1.º de Maio, uma grande jornada nacional de luta, contra a exploração e o empobrecimento, pelo emprego, salários, direitos, serviços públicos de qualidade e por uma mudança de política.”

**Submetida a moção** a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo dezassete da CDU, oito do PS, dois do BE; dois votos contra do PSD.

Em seguida foi apresentada, pelo PS, a seguinte **Saudação**:

#### **Srª Filomena Ventura do PS**

“Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio

Há 41 anos, Portugal e os portugueses renasciam da escuridão, da opressão, da censura, do exílio e da prisão.

Nesse dia a Democracia, pelas mãos dos Militares de Abril, passou a ser o caminho aberto para o voto livre, para a liberdade de imprensa e de expressão, para a liberdade de reunião e de associação.

A Revolução dos Cravos permitiu iniciar a construção dos pilares do Estado Social próprio de uma sociedade mais inclusiva, mais fraterna e igualitária.

Em simultâneo, comemoramos agora os 40 anos das primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, que teve como objetivo político a aprovação de uma nova Constituição Democrática, às quais os portugueses responderam massivamente votando pela primeira vez em liberdade, fazendo as suas legítimas escolhas.

Saudamos todos os deputados que, em longas reuniões plenárias de grande fervor político e partidário, conseguiram dar ao país de Abril a lei fundamental na qual os portugueses ainda hoje se revêm.

Comemoramos também nestes dias os 41 anos do Poder Local, saudando todos os autarcas com um carinho especial para as Comissões Instaladoras nos diferentes Municípios que, de forma espontânea e de entrega total, alguns quase no anonimato, passaram a responder com rapidez aos anseios das populações numa política de serviço público.

O 25 de Abril é período de festa mas é também de afirmação da necessidade de refletirmos sobre o tempo que vivemos e sobre o futuro.

É tempo de, conscientemente, como escreveu Miguel Torga “*repensar esta nesga de terra*”, tendo sempre presentes os valores de Abril, os direitos e deveres de Abril, conquistados em prol do progresso e do desenvolvimento, sem os quais não haverá plena liberdade e justiça social.

**Abril valeu a pena e tem de continuar a valer a pena porque com Todos e para Todos é imperioso, a perspectiva de pensar no hoje e no amanhã promovendo uma sociedade mais justa, solidária e equitativa.**

No próximo 1º de Maio recordamos todos aqueles que, através das suas lutas e posições de defesa dos direitos laborais, nos permitem defender, neste século XXI, o Trabalho Digno.

Será um dia de luta pela defesa dos direitos laborais, pela defesa da dignidade, pelo direito à liberdade.

Assim, saudamos:

- **Os trabalhadores na defesa dos seus direitos através de um sindicalismo com propostas de defesa dos trabalhadores, democrático e plural.**
- **Os trabalhadores que, por todo o Mundo, denunciam e lutam contra situações de exploração laboral.**

**VIVA A DEMOCRACIA!**

**VIVA O 25 DE ABRIL!**

**VIVA O 1º DE MAIO!”**

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

#### **Sr. Vicente Merendas da CDU**

Em relação às conclusões, não sendo a primeira vez que acontece, e porque surge como uma saudação ao sindicalismo com “*propostas de defesa dos trabalhadores, democrático e plural*”, disse que os trabalhadores têm as suas estruturas, os sindicatos, as comissões de trabalhadores, estruturas essas que estão consignadas na Constituição da República Portuguesa, razão pela qual saúdam os trabalhadores e a sua luta mas não definem o sindicalismo, porque são os trabalhadores que definem e se sindicalizam nos sindicatos que acham que melhor os defendem, e existem muitos trabalhadores que, por inúmeras razões, não são sindicalizados mas a quem 1º de Maio também pertence.

Concluiu dizendo que saúdam os trabalhadores, saúdam o 1º de Maio Dia do Trabalhador, mas por não estarem de acordo com as conclusões irão abster-se.

#### **Sr. Luis Chula do PS**

Disse que o PS, nesta Assembleia, tem de fazer o difícil exercício senão impossível, de conseguir fazer um texto que consiga obter aprovação, invocando os mais importantes direitos quer dos cidadãos, na defesa do 25 de Abril, quer dos trabalhadores, na defesa do 1º de Maio, porque pese embora seja o mesmo que disse a CDU na moção que acabou de ser aprovada por todos, os membros do PCP representados nesta Assembleia não querem aprovar nada que o PS apresente.

**Submetida a saudação a votação** foi a mesma **aprovada** por maioria com doze votos a favor, sendo oito do PS, dois do BE, dois do PSD; dezassete abstenções da CDU.

Em seguida foi apresentada, pela CDU, a seguinte Moção:

## **Srª Tânia Ribeiro da CDU**

“Direito das Autarquias Locais a encetarem e concluírem, num quadro de autonomia efetiva, negociações tendentes a celebração de Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP)”, apresentada pela CDU Ano e meio volvido sobre a celebração do ACEP entre o Município da Moita, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e das Regiões Autónomas (STFPSSRA), nos quais, entre outras matérias, foi acordada e fixada a manutenção do período normal de trabalho em 35 horas semanais, a Secretaria de Estado da Administração Pública remeteu à Associação Nacional de Municípios Portugueses e, posteriormente, ao Município, um documento com aqueles que seriam os critérios balizadores da sua intervenção negocial no âmbito da celebração de ACEP, particularmente em matéria de período normal de trabalho.

Seja pelo seu conteúdo, pelo entendimento que deixa transparecer sobre a dimensão autonómica do Poder Local Democrático e o seu papel no quadro político-constitucional vigente, pela tábua rasa que pretende fazer sobre o percurso que, em matéria de negociação coletiva, foi realizado ao longo de mais de um ano pelos Municípios, pelos sindicatos e pelos trabalhadores da administração pública, seja ainda pela forma como pretende esquecer as posições que, de forma clara e perentória, foram sobre esta matéria assumidas pela autarquia e, entre outros, pelo Provedor de Justiça ou pela Área Metropolitana de Lisboa, o documento em causa revela-se inaceitável.

Ele confirma aquilo que os Municípios vêm afirmando ao longo de todo este tempo: a vontade do Governo de intervir diretamente nos processos de negociação coletiva entre autarquias e sindicatos, condicionando-os, bem como à vontade das partes envolvidas, desde logo através da imposição de matérias de “negociação obrigatória” como a flexibilidade e o banco de horas.

Com a proposta apresentada o Governo levou a sua vontade e a sua conceção distorcida do papel do Poder Local Democrático ao ponto de violar o teor do próprio parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República no qual tem procurado escudar a sua ação.

De facto, este é expresso ao afirmar que, mesmo havendo uma intervenção do Governo nos processos negociais, a mesma não poderá consubstanciar “a faculdade de dar ordens ou emitir diretivas à entidade autárquica por força da autonomia de que esta goza”, cumprindo ao Governo “atuar e adotar posições que respeitem o direito de contratação coletiva constitucionalmente reconhecido às associações sindicais e o princípio da promoção da contratação coletiva”.

Mas o ofício enviado vai ainda mais longe, esforçando-se por lançar um manto de esquecimento sobre o facto de a maioria das autarquias continuar hoje a observar um período normal de trabalho de 35 horas semanais, sustentando as suas decisões em ACEP validamente negociados e celebrados, cuja publicação e depósito o Governo vem, há mais de um ano, obstando de forma ilegal.

O Governo quer-nos fazer crer do seu pretense desconhecimento de que:

- Continuam neste momento pendentes nos Tribunais centenas de ações judiciais exigindo o depósito e publicação dos ACEP validamente celebrados e a declaração de inconstitucionalidade da norma que prevê a intervenção do Governo na celebração dos mesmos;
- O teor do requerimento apresentado pelo Provedor de Justiça ao Tribunal Constitucional, no qual suscita a análise da questão vertente aduzindo, entre outros argumentos de relevo, a circunstância de ser “de todo impensável, em conformidade com o sentido da doutrina constitucional, anteriormente exposta, uma intervenção do Governo na esfera da celebração de acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica, que extravase uma tutela administrativa para “verificação do cumprimento da lei

por parte dos órgãos autárquicos”, como se define no n.º 1 do artigo 242.º da Lei Fundamental, sob pena de violação do mesmo.”;

- A vontade expressa dos Municípios e da sua Associação Nacional de recusar qualquer intervenção exógena no quadro constitucionalmente consagrado das suas competências e atribuições próprias.

**É-lhe impossível desconhecer.**

Daí que esta vontade de “começar de novo”, de “voltar ao princípio” e de “reiniciar processos negociais”, represente um ato de manifesta má-fé, como se as Autarquias e, em particular, o Município da Moita, não houvessem já, de forma válida e ao abrigo dos regimes legais habilitantes em vigor, realizado todo esse percurso, encontrando, com os seus trabalhadores e as suas associações sindicais representativas, o caminho que, no quadro da sua autonomia constitucional e em correspondência com os seus interesses democraticamente aferidos e ponderados, lhes serve.

Um ato que a nenhum título poderemos aceitar, cabendo-nos, ao invés, reforçar a necessidade de, em defesa da autonomia do Poder Local Democrático e dos direitos dos seus trabalhadores, reiterar a nossa vontade e intenção de, como até aqui, promover por todos os meios ao nosso alcance o direito das autarquias locais à negociação coletiva num quadro de liberdade e autonomia consentâneo com o regime constitucional e com o direito internacional vigente, bem como a publicação e depósito dos ACEP validamente negociados e celebrados, fazendo assim cessar os impedimentos ilegais que o Governo vem levantando aos mesmos.

**Neste sentido, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão pública no dia 29/4/2015, afirma:**

- a) O direito das Autarquias Locais a encetarem e concluírem, num quadro de autonomia efetiva compatível com as normas nacionais e internacionais vigentes, negociações tendentes à celebração de ACEP;
- b) A firme rejeição de qualquer intervenção do Governo nos processos de negociação coletiva;
- c) A necessidade de publicação e depósito de todos os ACEP validamente celebrados, fazendo assim cessar os obstáculos levantados pelo Governo que ilegalmente, têm obstado às mesmas.”

Colocada a moção à discussão intervieram os seguintes membros:

**Sr. Luis Chula do PS**

Quis dizer que por respeito aos trabalhadores, a todas as autarquias que se deparam com este problema e aos sindicatos, a bancada do PS irá votar esta moção favoravelmente.

**Sr. Carlos Gonçalves do PSD**

Disse que a bancada do PSD se irá abster porque não apesar de não concordarem com todo o articulado aqui presente, concordam com algumas coisas, nomeadamente a questão das trinta e cinco horas, porque acham que é algo que devia ser transversal a todos e que o horário de trinta e cinco horas devia estar vertido no Código de Trabalho para toda a gente, mas não concordam nem se revêm nas quarenta horas, nem na defesa dessas mesmas quarenta horas, e daí a sua abstenção.

**Submetida a moção a votação** foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo dezassete da CDU, oito do PS, dois do BE; duas abstenções do PSD.

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Antes de iniciar o período da ordem do dia questionou se algum membro pretendia intervir.

### **Sr. Staline Rodrigues do PS**

Começou por dizer que viveram uma semana excepcionalmente agradável para quem lutou pela democracia e pela liberdade, referidas em muitos dos documentos hoje aprovados por esta Assembleia.

Informou que ia ler um pequeno documento de 1970, relacionado com uma informação da PIDE de Setúbal para a Direção Geral da PIDE numa altura em que estavam presos no Porto democratas do Distrito, e que traduz bem o período em que viviam, em que estavam todos alienados, proibidos de dar opinião e de se manifestarem, como vem referido na moção apresentada pelo BE, conforme transcrição infra:

«POSTO DE VIGILÂNCIA DE SETÚBAL

INFORMAÇÃO Nº79/70, DE 5-5-1970

ASSUNTO: ACTIVIDADES DO “MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA” RELACIONADAS COM O 1º DE MAIO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

PARA OS FINS SUPERIORMENTE JULGADOS CONVENIENTES E EM REFERÊNCIA AO ASSUNTO EM EPÍGRAFE, CUMPRE-ME LEVAR AO CONHECIMENTO DE V.EX.ª O SEGUINTE:

PELO NOSSO COLABORADOR “MANUEL FERNANDES”, DO BARREIRO, FUI INFORMADO DOS SEGUINTE FACTOS OCORRIDOS DURANTE O DIA “1º DE MAIO” NAQUELA ZONA:

CONFORME O QUE HAVIA SIDO PLANEADO NAS ANTERIORES REUNIÕES DO “M.O.D.” O NOSSO COLABORADOR COMPARECEU NO LARGO DO CASAL, JUNTO À SEDE DOS “PENICHEIROS”, PELAS 18,15H.

ESTAVAM ALI PRESENTES OS SEGUINTE INDIVÍDUOS:

GUILHERME VIEIRA PINHEIRO,

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO,

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS GODINHO,

BENTO GONÇALVES DAS DORES GOMES SERRANO,

ERMELINDO SILVA,

E UNS OPERÁRIOS DA C.U.F. DE NOMES

DIONÍLDIO OU LIONÍLDIO,

ANTÓNIO,

JOAQUIM, E VICTOR, CUJAS IDENTIDADES SE VAI PROCURAR OBTER,

CERCA DAS 18.30H, POR SUGESTÃO DO DIONÍLDIO, DESLOCARAM-SE TODOS PARA A ESTAÇÃO DO BARREIRO-A, OUTRO DOS PONTOS DE REUNIÃO MARCADOS PELO “M.O.D.”.

ALI JUNTARAM-SE-LHE UM GRUPO DE “FERROVIÁRIOS” (ENTRE OS QUAIS FOI IDENTIFICADO PELO NOSSO COLABORADOR “MANUEL JACINTO” O JÁ REFERENCIADO MANUEL FERNANDO DA CONCEIÇÃO DIAS QUE ESTAVA ACOMPANHADO DO ALFREDO RODRIGUES DE MATOS) E OS CONHECIDOS “ELEMENTOS”

FAUSTINO DIONÍSIO DOS REIS,

ÁLVARO RIBEIRO MONTEIRO,

E AINDA UM INDIVÍDUO DESCONHECIDO, QUE ERA QUEM NA REALIDADE DAVA TODAS AS ORDENS E SUGESTÕES AO ÁLVARO RIBEIRO MONTEIRO SOBRE A FORMA COMO DEVIAM AGIR.

DALI, CANTANDO CANÇÕES SUBVERSIVAS E GRITANDO FRASES DE AGITAÇÃO, COMO “ABAIXO A PIDE”, “ABAIXO O FASCISMO”, “LIBERDADE”, “AMNISTIA”, ETC., SEGUIRAM POUCO DEPOIS PARA A BAIXA DA BANHEIRA, PELO SEGUINTE ITINERÁRIO: - RUA D. MANUEL I, RUA BRÁS, RUA DO LAVRADIO, BAIRRO ALFREDO DA SILVA, MARGEM DIREITA DA LINHA DO CAMINHO DE FERRO, PASSANDO AO LADO DO TÚNEL, PONTE DA BAIXA DA BANHEIRA, ENTRANDO NA ESTRADA NACIONAL PELA RUA 6, E PERCORRENDO AQUELA ATÉ À PASSAGEM DE NÍVEL. SUBIRAM A RUA DESTA PASSAGEM ATÉ AO LARGO DA IGREJA, TENDO NESSA ALTURA SIDO INTERCEPTADOS PELA G.N.R. QUE LHES DISSE QUE JÁ CHEGAVA DE FESTA E PARA DISPERSAREM.

EM VEZ DE DISPERSAREM SEGUIRAM ATÉ AO MERCADO, ONDE SE JUNTARAM COM UM GRUPO DA MOITA, CHEFIADO PELO STALINE DE JESUS RODRIGUES, JORGE MATEUS DE MATOS, LEONEL EUSÉBIO COELHO, DOMINGOS CARLOS DA SILVA TAVARES, JOÃO BAIÃO, E UM OPERÁRIO DA C.U.F. DE NOME FAQUINHA, RESIDENTE NA MOITA.

É DE NOTAR QUE O INDIVÍDUO DESCONHECIDO QUE DAVA AS ORDENS ABRAÇOU DEMORADAMENTE O STALINE.

DALI SEGUIRAM OUTRA VEZ PARA A ESTRADA NACIONAL, TENDO SUSPENDIDO POR SUGESTÃO DO REIS OS GRITOS DE “ASSASSINOS” À G.N.R. E “MORRA A PIDE”, QUE VINHAM GRITANDO.

UMA VEZ NA ESTRADA NACIONAL QUIZERAM SEGUIR, JÁ EM MULTIDÃO DE CERCA DE 5.000 PESSOAS, PARA O BARREIRO, MAS FORAM IMPEDIDOS A CERCA DE 20 METROS DO CEMITÉRIO DO LAVRADIO POR UMA DA FORÇA G.N.R.

EM FACE DISSO VOLTARAM A INSULTAR A G.N.R. QUE COMEÇARAM A APEDREJAR. AO MESMO TEMPO PARTIAM VIDROS AOS AUTOMÓVEIS E ÀS CAMIONETAS DE PASSAGEIROS QUE FORAM OBRIGADAS A PARAR, TENDO ASSALTADO UMA CAMIONETA CHEIA DE CASCALHO QUE FOI OBRIGADA A PARAR.

A G.N.R. NESSA ALTURA CARREGOU COM OS BASTÕES, MAS ENQUANTO A MULTIDÃO FUGIA OS QUE ESTAVAM MAIS AFASTADOS CONTINUAVAM A AGREDIR A G.N.R. À PEDRADA.

ENTÃO FORAM DISPARADOS ALGUNS TIROS DE PISTOLA-METRALHADORA E DE PISTOLA PARA O AR, TENDO O GRUPO DESISTIDO DE IR PARA O BARREIRO. POR ESSE MOTIVO, POSSIVELMENTE A G.N.R. RETIROU-SE TAMBÉM POUCO DEPOIS, FICANDO A MULTIDÃO A FESTEJAR À VONTADE O “1º DE MAIO” NA BAIXA DA BANHEIRA, TENDO ATÉ DANÇADO RAPARIGAS NA ESTRADA PRINCIPAL.

CERCA DAS 21,00H O NOSSO COLABORADOR DESLOCOU-SE PARA O BARREIRO, ONDE NUMA PASTELARIA DO PARQUE SE ENCONTROU COM OS “ELEMENTOS” ÁLVARO RIBEIRO MONTEIRO, GUILHERME VIEIRA PINHEIRO (“DELEGADO” DOS “JOVENS”), JÚLIO GUILHERME LOPES FREIRE, ERMELINDO SILVA, MATILDE DA ASSUNÇÃO RAMALHO, MARIA AMÉLIA DE JESUS MOUTA, E MAIS ALGUMAS MULHERES E “JOVENS” QUE NÃO SABE OS NOMES.

A CONVERSA VERSOU OS ACONTECIMENTOS QUE CONSIDERARAM UMA “VITÓRIA”.

O FREIRE E A MATILDE, QUE TINHAM IDO A LISBOA VER COMO DECORRIAM ALI AS “COMEMORAÇÕES” DISSERAM QUE NADA TINHA HAVIDO DE ESPECIAL NAQUELA CIDADE, ALÉM DE UNS PEQUENOS INCIDENTES JUNTO À SÉ.

PELO GUILHERME FOI ENTÃO DITO QUE NO PRÓXIMO DIA 21, HAVERIA UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO A REALIZAR PELOS “JOVENS” NA “ESCOLA INDUSTRIAL ALFREDO DA SILVA”, POR SER O “DIA DO ESTUDANTE”.

ÍRIAM NESSA ALTURA APRESENTAR VÁRIAS REINVIDICAÇÕES, ENTRE AS QUAIS EXIGIR QUE AQUELE DIA FOSSE FERIADO.

QUANDO O NOSSO COLABORADOR SAIU DAQUELE PONTO DE REUNIÃO FOI PARA UMA PROPRIEDADE QUE TEM NOS ARREDORES DO BARREIRO, APROVEITAR O SÁBADO E DOMINGO NOS SEUS AFAZERES PARTICULARES.

POR ESSE MOTIVO NÃO TEVE CONHECIMENTO DO DESENVOLVER DOS ACONTECIMENTOS.

ASSIM, QUANDO SOUBE NA 2ª FEIRA O QUE TINHA HAVIDO TEVE UM ENCONTRO COM O FAUSTINO DIONÍSIO DOS REIS NA SEDE DA “COOPERATIVA POPULAR BARREIRENSE”, TENDO-LHE SIDO POR ESTE DITO QUE A REUNIÃO CLANDESTINA DO “M.O.D.”, MARCADA PARA AQUELE DIA 4, TINHA SIDO CANCELADA, TENDO O NOSSO COLABORADOR SIDO ENCARREGADO DE AVISAR OUTROS “ELEMENTOS” PARA NÃO COMPARECEREM À REUNIÃO.

DISSE-LHE O REIS AINDA QUE TODAS AS ACTIVIDADES FICAVAM SUSPENSAS ATÉ NOVA ORDEM, DEVENDO OS “AMIGOS” DISPERSAR, PARA EVITAR MAIS REPRESSÕES POR PARTE DAS AUTORIDADES, O QUE PODIA ATIRAR MAIS “ELEMENTOS” PARA A PRISÃO.

SEGUNDO OBSERVOU O NOSSO COLABORADOR O REIS ESTAVA ACOMPANHADO DO INDIVÍDUO DESCONHECIDO QUE DAVA AS INSTRUÇÕES AO ÁLVARO MONTEIRO DURANTE A MANIFESTAÇÃO DO “1º DE MAIO”.

O CHEFE DO POSTO,

A)FERNANDO JOSÉ WALDEMAN DO CANTO E SILVA»

Concluiu dizendo que juntamente com os seus camaradas organizaram três manifestações e depois foram todos presos para o Porto e que lhe parece que esta é uma forma de recordar o fascismo e o que passaram com a ditadura.

### **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, João Miguel**

Começou por dizer que felizmente houve muita gente da Moita nessas lutas, inclusive o seu pai e o seu avô, sendo que este último teve de fugir à PIDE, mas falará sobre isso noutra oportunidade.

Continuando disse querer dar informação sobre o que se passou no Conselho Municipal de Educação realizado no dia dezoito de março, cuja ordem de trabalhos tinha os seguintes pontos: Informações, Tomada de Posse de Conselheiro, Apresentação das Grandes Opções do Plano para 2015 para a Educação, Apresentação do Relatório Intercalar da Ação Social Escolar e o Decreto-Lei nº30/2015, mais conhecido como a descentralização de competências nas áreas da saúde, educação, segurança social e cultura para os municípios.

No que concerne às Grandes Opções do Plano para 2015 informou que a prioridade da Câmara Municipal é a requalificação da Escola do Bairro João Gouveia, com ensino pré-escolar e 1º ciclo.

Mais informou que foi entregue um manifesto contra a municipalização da educação subscrito por um grupo de professores em defesa da educação pública e universal, uma posição sobre a delegação de competências nos municípios e ainda um relatório intercalar da ação social escolar, relativo ao ano letivo 2014/2015, tendo dado a nota do número total de alunos do pré-escolar e do 1º ciclo no concelho que é de três mil trezentos e cinquenta e um, sendo que mil seiscientos e sessenta e cinco são abrangidos pela ação social escolar, ou seja, metade da população do pré-escolar e do 1º ciclo no concelho da Moita carece de apoio social.

Informou ainda que se realizou hoje, na Baixa da Banheira, um debate sobre a municipalização da educação e os impactos que isso poderá ter nas autarquias locais, nomeadamente nos municípios, debate esse que foi organizado pelos Conselhos Municipais de Educação da Moita e do Barreiro, pelo grupo de professores subscritores do manifesto já referido e pelas Câmaras Municipais da Moita e do Barreiro. Foram oradores o Presidente da Câmara Municipal da Moita, Rui Garcia, o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Carlos Humberto, o Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, e o Presidente do Sindicato dos Inspetores, José Calçada, tendo o debate sido moderado por uma ex-professora, Carla Marina, e com uma participação de cerca de cem pessoas.



Disse ainda que foram levantadas várias preocupações por todos os oradores, tendo realçado que já existem municípios que estão a preparar esta municipalização, que trará consequências muito graves para os municípios, para a escola, para os professores, para os alunos, para os pais e para os funcionários. Estão a ser preparadas medidas muito gravosas para a população portuguesa, e se antes do 25 de Abril se sentia a administração dentro das escolas, neste momento, a administração entrou novamente dentro das escolas. São graves os ataques feitos à escola pública e com esta medida a escola pública é capaz de acabar, entrando-se seriamente na subconcessão e na privatização das escolas no país.

#### **Sr<sup>a</sup> Filomena Ventura do PS**

Pedi à Mesa que, de forma excepcional, considerasse o seu voto favorável à ata que foi aqui aprovada, embora não estivesse presente no momento da votação, porque precisou de se ausentar desta sessão da Assembleia por motivos profissionais, que se prontificou a explicar se necessário.

#### **1<sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Mónica Ribeiro**

Informou que a Mesa não vê qualquer impedimento, até porque a Sr<sup>a</sup> Filomena Ventura já tinha dito que, após audição da gravação correspondente à ata em apreço, concluiu estar de acordo com a sua transcrição. Todavia, questionou se algum dos membros da Assembleia via algum impedimento em considerarem o voto favorável da Sr<sup>a</sup> Filomena Ventura, uma vez que a mesma havia sido retirada na sessão anterior a seu pedido, sendo que todos anuíram, razão pela qual o voto favorável foi considerado (estando já devidamente inscrito na votação da referida ata aposta na página sete).

#### **Sr. Eduardo Teixeira da CDU**

Porque foi aqui dito que os membros do PCP desta Assembleia não votam favoravelmente nada que seja apresentado pelo PS, e porque quis “refrescar” a memória de todos, verificou as três primeiras atas deste mandato sendo que na primeira a bancada da CDU aprovou cem por cento das propostas apresentadas pelo PS, na segunda aprovou dois terços e na terceira, apesar de não ter tido tempo para fazer as contas, ficou perto dos cem por cento.

Considerou importante deixar claro que a bancada da CDU não vota contra só por votar e, concretamente sobre o 1<sup>o</sup> de Maio, já na referida segunda ata, tinham colocado exatamente as mesmas questões sendo portanto coerentes com a situação.

#### **Sr. Carlos Gonçalves do PSD**

Agradeceu ao distinto colega Staline Rodrigues a “pérola” que partilhou com todos, porque foi realmente uma delícia ouvir as descrições que foram feitas, quis transmitir um forte abraço a quem esteve presente nessa manifestação e disse que nesta altura não tinha ainda idade para participar nestas “andanças”, mas já tinha alguma visibilidade sobre os acontecimentos uma vez que um tio seu estava detido em Caxias, tendo vindo a ser libertado no dia 26 de abril.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1 – Relatório e Contas 2014

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três votos contra e uma abstenção, em reunião da Câmara Municipal realizada em 08/04/2015:

“Em conformidade com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foram elaborados o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014, pelo que se submete os mesmos a apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.”

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

#### **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Começou por dizer que procuraram fazer um relatório suficientemente detalhado para dar um retrato fiel do que foi a atividade municipal durante o ano de 2014, razão pela qual só falará de alguns aspetos que lhe parecem mais relevantes.

A atividade municipal continua a ser marcada por constrangimentos que afetam a sua capacidade operacional, não só a insuficiência financeira e de recursos, que durante muitos anos foram a grande questão das autarquias, mas também as questões de pessoal que atualmente têm um peso muito grande e muito marcante na capacidade do município. A impossibilidade que se mantém, e já pelo quarto ano consecutivo, de contratar pessoal está a provocar, nos recursos humanos do poder local em geral, e a Moita não é exceção, um progressivo asfixiamento e um envelhecimento dos quadros porque não há o natural rejuvenescimento que decorre da entrada de pessoas novas e da abertura de concursos. Consequentemente aumentam os problemas de saúde, aumenta o absentismo e têm muitas dificuldades em dar resposta a situações que, em condições normais, os serviços estão dimensionados e preparados para dar, ou seja, em períodos de férias ou de picos de trabalho, numa situação normal, há capacidade e elasticidade para dar essas respostas mas atualmente essa elasticidade já está para além do esgotado e portanto, em determinados momentos do ano e da atividade nas diversas áreas em que intervêm, têm grande dificuldade em dar respostas atempadas e com a qualidade que queriam e que querem dar.

Apesar de tudo a atividade continuou a pautar-se pela prestação de um serviço público de qualidade nas diversas áreas de intervenção, uma vez que têm tido essa orientação firme e da qual não se têm desviado, de que não existem setores menores porque não há funções menores nas funções municipais, todas as funções são importantes porque todas elas contribuem para a qualidade de vida e para o desenvolvimento local. Com isto quis dizer que é tão importante o serviço de limpeza pública, de higiene, de recolha de resíduos ou o de abastecimento de água, ou seja, os serviços urbanos mais básicos, quanto o são as funções culturais, os equipamentos desportivos, ou as diversas atividades que o município tem que desenvolver e que têm sido capazes de manter e esse é o traço mais marcante da atividade do município

nos últimos anos e no atravessar deste acentuar da crise e da asfixia do poder local que, infelizmente, tem uma história já longa.

Disse ainda que o ano de 2014, sendo o primeiro do mandato, foi naturalmente marcado por um período de preparação e conclusão de projetos, de preparação de cadernos de encargos e de realização de concursos, sendo que as obras de maior dimensão estão a ser lançadas agora e irão ter início este ano, e foi também marcado por uma atenção muito incisiva no que concerne às intervenções de proximidade, a dar respostas rápidas aos problemas que lhes são apresentados, designadamente os que resultam da prática da participação democrática que têm desenvolvido, ao estarem mais próximo das populações, com as juntas de freguesia. E para que este trabalho tenha sentido têm, naturalmente, de ser capazes de rapidamente dar resposta àqueles que são os pequenos problemas, pequenos em dimensão mas grandes em importância, porque para a pessoa que ao sair da porta de casa tem um buraco ele é um grande problema. Quis ainda ressaltar que, ao longo de todo o ano de 2014, fizeram inúmeras intervenções em espaços públicos bem como requalificações de espaços públicos.

Do ponto de vista interno e dos serviços informou que estão a trabalhar, tendo começado já em 2014 mas que se irá prolongar e só terá efeitos práticos em 2016, em procedimentos com vista à modernização administrativa, no sentido de remodelar os serviços de atendimento ao público, tornando-os mais eficientes e mais amigáveis para o utilizador/utente/munícipe, sendo que isto tem uma série de pressupostos que têm de ser feitos antes, de modernização ou mesmo, nalguns casos, de implementação, de sistemas de procedimentos de gestão documental, de desmaterialização de processos, etc., para que os resultados visíveis para os municípios ocorram em 2016.

Do ponto de vista orçamental quis ressaltar uma continuidade em relação ao ano de 2013, quer do ponto de vista das receitas quer do ponto de vista das despesas, à exceção da receita de capital extraordinária que decorreu da cassação do alvará da Fonte da Prata, bem como salientar que tiveram uma execução orçamental global na ordem dos noventa e um por cento. Na desagregação das principais fontes de receita houve uma continuidade assinalável em relação ao ano anterior, com muito pequenas variações, em que o IMI manteve a sua tendência de crescimento, crescimento esse que tem várias origens, sendo um facto que desde a sua criação tem tido sempre uma tendência crescente não teve, no entanto, um crescimento explosivo como se chegou a especular que iria acontecer. As restantes receitas, quer correntes quer de capital, tiveram comportamentos muito idênticos ao ano anterior, com variações explicáveis por fatores muito aleatórios, como é o caso do IMT que é uma receita que tem tido um comportamento muito errático ao longo dos anos, num ano sobe, noutra desce, não havendo uma tendência constante que possa ser aferida.

Por último, e do ponto de vista da despesa, quis destacar que a execução orçamental foi de noventa e cinco por cento para a despesa corrente e de setenta e sete por cento para a despesa de capital, e salientou que nos agregados de despesa há uma grande estabilidade com alguns factos que vale a pena ressaltar, ainda que não tenham tido variações muito significativas, porque houve uma descida nas despesas com a aquisição de serviços e houve também uma descida nas despesas de investimentos, mas esta última decorrente, essencialmente, do facto de ter sido um ano em que houve trabalho que permitirá que este ano hajam investimentos e concursos que, como os presentes sabem, estão a decorrer. Ainda assim, a variação na despesa de 2013 para 2014 é muito pequena o que demonstra a tal continuidade já referida.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

### **Sr. Luis Morgado do BE**

Começou por dizer que este relatório e contas, pela forma como está apresentado, pelo detalhe que tem e porque são contas merecia, naturalmente, a sua aprovação uma vez que não tem nada a pôr em causa relativamente às contas. No entanto, não terá a sua aprovação porque toda a introdução que é feita consagra uma postura política que não é conforme com a existência de uma Assembleia, ou de um órgão na instituição autárquica, bem como não é conforme com a presença dos diferentes partidos ao nível do executivo da Câmara. Considera que todo o texto traduz que a governação da instituição assenta num único partido, até pela referência à «*ação desenvolvida através do projeto de proximidade “Reforçar a Democracia. Preparar o Futuro”*», aposta na página oito, sendo que todos sabem que isto traduz, apenas e só, o exclusivo da presença da maioria absoluta, a evocação sistemática da maioria absoluta, logo, uma apetência a consagrar aqui pelo partido único.

O que o espanta e incomoda, e espanta-o porque perfilha o ideal comunista e recorda-se, por exemplo, que Lenine na construção do “*partido de novo tipo*” criou um sistema de funcionamento que foi o centralismo democrático mas nunca teve a ousadia, tendo aliás combatido essas tentações, de o transpor para a governação do estado, para as instituições, porque essa era uma forma, e só, de governar aquela “*casa*”, o “*partido de novo tipo*”. E tanto assim foi que, em 1917, aquando da tomada do poder ele não disse “*todo o poder ao partido*” disse “*todo o partido aos soviets*”, pelo que há aqui qualquer coisa, mesmo do ponto de vista ideológico e histórico, em que “*não bate a bota com a perdigota*”.

Disse ainda não ser necessário ir tão distante, bastando olhar para algumas câmaras municipais em redor para verem que o comportamento não é este. Digamos que a CDU da Moita aceita por acabado aquela tentação da direita, que várias vezes surgiu, de fazer com que as maiorias governativas se transformassem em maiorias absolutas, ou seja, o poder absoluto na Câmara da força que tivesse mais votos. Logo, todas as coisas que esta Assembleia já aprovou, até em relação, e contra, esses projetos de lei, foram “*dados de barato*”, não valeram a pena, ficaram apenas pelas “*tetas*”. Exatamente por isto, não poderá votar esta proposta porque consagra desta teoria, ainda que discorde naturalmente dela, até com fundamentos ideológicos, daqueles que defende e abraça.

Sobre o IMI disse que não tiveram a ousadia de fazer uma proposta tipo leilão, até porque não têm a experiência autárquica que a CDU tem, mas recolheram alguns dados e, na altura, optaram pela bitola de Loures, que é CDU, propondo 0,395% e ouviram de algumas intervenções da bancada da CDU que era um irrealismo, mas o certo é que os números tinham permitido que essa proposta fosse votada, e Loures, que ficou em “*papos de aranha*” com as dívidas que o PS lá deixou, mesmo assim aprovou um IMI mais baixo que aqui na Moita, com a promessa de se poder vir ainda a rever caso as condições o permitam.

Concluiu dizendo que este conjunto de razões concretas o levam a não votar o documento, aliás excessivamente detalhado, porque quanto a si era escusado virem enumeradas as presenças de cada freguesia no cortejo do 25 de Abril, todavia bem elaborado, mas que tem estes senões que o obrigam, naturalmente, a não o aprovar.

### **Sr. Staline Rodrigues do PS**

Começou por dizer que o seu pensamento ao receber este relatório, ainda que desta vez o tenha recebido com a devida antecedência ao invés das vezes anteriores em que lhe foi entregue tardiamente, foi de nem

sequer abrir o envelope porque pensou que nem valia a pena uma vez que o que vai referir hoje já referiu no passado e, um pouco na sequência das palavras que foram ditos pelo seu amigo e ex-camarada Luis Morgado, pensa que é crítico perante a gestão da Câmara porque vem de outro tempo e porque, comparativamente, aquilo que era a gestão de uma câmara em 74, 76 e 77, relativamente às despesas que ocorriam naquele período em relação às despesas que hoje ocorrem, parece que estão num país diferente.

A título de exemplo referiu o facto de, durante quase três anos, o executivo da Câmara nunca ter recebido nada a título de salário, ou seja, só trabalharam em regime de voluntariado e a única pessoa que tinha salário era o próprio, por ser o presidente, no valor de cerca de sete contos, que também não recebeu uma vez que deu indicações na tesouraria para que fosse entregue a quem precisasse, e o restante que sobrou entregou à Misericórdia. A sua voluntariedade foi de tal ordem que pagou antes do 25 de Abril e pagou depois como presidente de Câmara, uma vez que ao devolver tudo o que recebeu ainda teve, no final de cada ano, de pagar os respetivos impostos. Todavia, isso não obsta a que se sinta feliz e espera que os atuais membros possam chegar à sua idade e sentirem a mesma tranquilidade.

Reportando-se ao relatório referiu o facto de a Câmara ter gasto em cinco edições do boletim municipal, do número setenta ao número setenta e cinco, vinte e três mil quatrocentos e cinquenta euros e o que gostaria é que a Câmara o esclarecesse como é que gastou este valor só em cinco edições. Por outro lado, a lei permite que o relatório esteja cheio de “alçapões” porque há milhares e milhares de despesas e receitas com a tal designação de “outras”, fazendo com que um qualquer cidadão não possa fazer uma leitura concreta do relatório uma vez que ele tem, nos seus valores, centenas de milhares de euros não identificados e depois existem ainda outras rubricas que aparecem com alguma frequência que não se conseguem identificar. Com isto não está a culpar a Câmara mas sim a própria lei que permite que esta e outras câmaras pelo país fora tenham a oportunidade de fazer um relatório, que até pode ter toda a seriedade, mas que não permite que um indivíduo possa confirmar as contas que ali estão incluídas.

Disse ainda querer colocar outra questão que se prende com o facto de a Câmara, ao longo do passado ano, ter celebrado setenta contratos à tarefa, a termo ou de avença e isso faz-lhe imensa confusão, a si ou a qualquer outra pessoa, porque não há sequer uma informação sobre qual o seu desempenho, e precisava de alguma explicação que se calhar não vai ter.

Sobre o equipamento recentemente construído no Vale da Amoreira disse que, independentemente de outros valores que são bastantes acentuados, verificou que existiu um pagamento de apenas quatrocentos e dez euros o qual, comparativamente a outras despesas, lhe parece extremamente confuso e difícil de perceber.

Outro valor que também lhe causa alguma confusão prende-se com o facto de aparecerem apenas dois mil novecentos e quarenta e cinco euros para levantamento topográfico, ou seja, como é que se fazem os projetos para as candidaturas que porventura se anunciam, como é o caso do novo financiamento da comunidade europeia para 2014-2025, que abrange um volume de vinte e cinco mil milhões e em que a Câmara da Moita também está envolvida, apenas com esse valor.

Mais disse que na página duzentos e trinta e sete aparecem duas verbas relativas ao PCP, uma “PCP - Eleitos” e outra apenas “PCP”, pelo que gostaria que lhe dissessem a que se destinaram estes valores.

Outra questão que lhe causa alguma dúvida tem a ver com o facto de, na lista de entidades beneficiárias constante na página duzentos e cinquenta e quatro, estar a “Velhinha” com catorze mil seiscentos e cinquenta euros, e já refere esta entidade porque as verbas que lhe são atribuídas não têm nada a ver

com as que são atribuídas a uma imensidade de coletividades existentes no concelho, e depois por último estar uma “Senergia” com cinquenta e um mil seiscientos e oitenta e três.

Concluiu dizendo que crê que a bancada do PCP gostaria que não dissesse nada e que ninguém dissesse nada, mas se porventura acham que é para isso que deve haver uma Assembleia então, nas próximas eleições, devem ser apenas eleitos, ou eleitores, os membros do PCP, para evitarem esta “barafunda”.

#### **Sr. Carlos Albino do PS**

Sobre o documento apresentado disse que tinha pouco a dizer, que está bem elaborado e que poderia ter sido executado ou elaborado pelo Vítor Gaspar ou pela Maria Luisa Albuquerque, nas suas fórmulas de *excel*, mas o que pretende falar é das consequências desses mesmos documentos que têm sido apresentados ao longo destes anos de maioria absoluta.

Continuando, disse que em dezembro de 2014 estavam inscritos nos centros de emprego quatro mil seiscentas e nove pessoas, que nesse mesmo mês havia 15,1% de beneficiários de Rendimento Social de Inserção e de Rendimento Mínimo Garantido, e quis ainda salientar que o poder de compra no concelho da Moita em 2011 já era mais baixo do que em 1993. Depois, ao ouvir o Presidente dizer que o IMI tem crescido em conformidade disse querer destacar que o dinheiro tem provindo dos bolsos dos contribuintes. Uma vez que muitas vezes são aqui acusados das suas opiniões serem subjetivas e particulares, dos dados que aqui apresentam não terem credibilidade e fundamentação e de só o dizerem por serem da oposição, pediu permissão para citar uma notícia do jornal “Rostos” do passado dia vinte de março, onde fala da Associação da Indústria da Península de Setúbal, e que diz o seguinte: *“Condições de vida na Península – António Melo Pires, salientou que num estudo nacional sobre os municípios, que avalia diversos factores, entre outros, os níveis de empreendedorismo, investimento, qualidade de alojamentos, ofertas culturais, restauração; qualidade de vida, emprego, educação e saúde, o concelho de Setúbal ocupa a 13ª posição ao nível nacional, a Moita situa-se na 229ª posição, o Barreiro na 117ª posição e Montijo em 43ª posição.”* Depois continua assim: *“Ausência de estratégias concertadas – Referiu que na Península de Setúbal, como potencialidades: há boas vias de comunicação, bons parques industriais, diversidade na indústria transformadora e existem portos marítimos. No que diz respeito a fragilidades, salientou a “falta de empresas satélite”, a sua “colagem à região de Lisboa”, a “ausência de estratégias concertadas”; a “falta de coesão política e institucional” e a existência de “dicotomias económico-geográficas (grandes diferenças entre concelhos).”*

Concluiu dizendo que tudo isto que referiu plasma bem os resultados das políticas trazidas por este documento que é aqui trazido muito bem elaborado.

#### **Sr. João Figueiredo da CDU**

Este documento mostra a intensidade e a qualidade da grande intervenção da Câmara Municipal da Moita nos serviços prestados à população e é fruto da opção política da CDU, uma vez que é a CDU que tem a maioria e é a CDU que define as grandes linhas mestras da atuação da Câmara e isso está, naturalmente, refletido no relatório. O que também está refletido no documento, e em alguns pontos está bem explanado, são as dificuldades das opções políticas que não são da Câmara mas que são dos partidos que compõem aquele arco da governação que nos tem levado onde chegamos, que nos impõe leis de compromissos, que nos impõe a Troika, que nos impõe uma Lei das Finanças Locais que depois nem sequer cumprem, que nos impõe limites à contratação e que no fundo refletem uma opção, de há largos anos a esta parte,

de destruir o serviço público construído após o 25 de Abril e que todas as bancadas acabaram de louvar no período anterior.

Disse ainda que este documento reflete as ações do ano passado, sendo que muitas vezes deveriam ter discutido com mais atenção os “Atos da Câmara” quando eles aqui são apresentados, e que há uma série de iniciativas que querem destacar porque acham que refletem aquelas que são as opções da Câmara, nomeadamente, e tentando não ser demasiado exaustivo, a opção de criarem o projeto de proximidade “Reforçar a Democracia. Preparar o Futuro” que pretende ouvir a população e nada mais além disto, porque ouvindo toda a população, a que vota na CDU, a que vota no PS, ou aquela que não vota, ouvindo as coletividades, ouvindo as autarquias, ouvindo toda a gente, para com essa audição poder dar mais e melhores respostas aos anseios e solicitações da população.

Falou ainda de outra forma com que a Câmara Municipal aumenta a sua democraticidade de intervenção através da colaboração com as outras entidades do concelho, e até fora dele, sendo que isso é muito visível quer na ação social, na rede social matricizada no Concelho Local de Ação Social, na Universidade Sénior, no Programa Vivências, no Projeto Ecolar em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros e as Juntas de Freguesia, nos vários Programas Escolhas que têm centenas, ou mesmo milhares, de participantes, quer ainda na educação, através da atividade que a Câmara consegue promover para os alunos do concelho, através da expansão, apesar das dificuldades, da rede escolar e nomeadamente do pré-escolar, através do programa de cedência de transportes municipais para os alunos, que sem ele muito dificilmente poderiam fazer visitas de estudo, porque os pais financeiramente não têm capacidade, sendo que este programa permitiu que cinco mil alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo realizassem uma série de visitas de estudo, através da Feira de Projetos Educativos que envolve toda a comunidade educativa e tem mais de seis mil participantes, a Quinzena da Educação, a Quinzena da Juventude, o Fórum da Juventude que, curiosamente, a Juventude Socialista (JS) da Moita não valoriza muito mas que é aquilo que a JS do Barreiro pretende lá implementar, as comemorações dos 25 anos da leitura pública, e este é há muitos anos um projeto estruturante da Câmara Municipal, as bibliotecas municipais e estivais, encontros com escritores e apresentação e lançamento de livros que levaram a que, no ano de 2014, o número de participantes nos eventos das bibliotecas tenha sido superior a quinze mil.

Referiu ainda vários projetos culturais com a participação de outras associações como os Filhos de Lumière, o Teatro Extremo, o TocáRufar, o Projeto de Pequenino, o Projeto do Pequenote, as Férias Jovens, a Programação do Fórum Cultural José Manuel Figueiredo, que colabora com outras entidades e que recebe as atividades dos municípios, das escolas, das coletividades e de todas as que queiram usar o espaço para as suas atividades, o que revela mais um sinal de que a Câmara está aberta à participação da população, bem como o lançamento do Programa Municipal de Apoio à Investigação e Divulgação do Património, o Centro de Educação Ambiental, o Sítio das Marinhas, o Boa Viagem, ou o Moinho de Maré que são elementos identificadores da cultura, e isso também é algo que nos distingue que é o valorizar a cultura local, ou ainda as comemorações dos quinhentos anos do Fórum Manuelino, que juntou numa comissão executiva a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Alhos Vedros, a Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, o Agrupamento de Escolas José Afonso, a Igreja Paroquial de Alhos Vedros, a Associação Cultural “Alius Vetus”, a CACAV, o Centro de Formação Cultural de Alhos Vedros e que dinamizou um conjunto alargado de iniciativas ao longo do ano.

No que concerne aos projetos desportivos salientou o Atletismo Moita, a Meia-Maratona da Moita que já é um marco, o Movimento Sénior, o Projeto Natural Moita e a Piscina Municipal de Alhos Vedros que tem um valor global anual de participações superior a quarenta mil.

Quanto ao ambiente e serviços urbanos destacou a existência de projetos que foram realizados internamente, porque com isso consegue-se valorizar os técnicos municipais que estão mobilizados e motivados para trabalhar, e envolvidos na realização daquela que é a obra da Câmara, e assim, aqueles impostos que todos temos de pagar vão servir, não para subcontratar uma empresa qualquer exterior, mas para que os técnicos façam a obra relativa às tarefas que a Câmara deve desempenhar.

Destacou ainda a educação e sensibilização ambiental, o Centro de Educação Ambiental, o Projeto da Cultura Biológica, as sessões temáticas, a Biofeira, a campanha Dejetos Caninos que é um problema para quem caminha na rua, o Programa Sabores de Cá que valoriza a gastronomia local, a Romaria da Moita, toda uma quantidade enorme de projetos que consubstanciam aquilo que são as opções da Câmara.

Quanto à análise e execução patrimonial disse que, relativamente à parte em que surge a denominação “outros” no relatório, diz respeito a uma lei que também diz que todas as contas têm de ser auditadas externamente e devem ser vistas por um Técnico Oficial de contas (TOC) e revistas por um Revisor Oficial de Contas (ROC), logo não haverá lugar a quaisquer dúvidas.

Valorizou ainda o rigor na gestão uma vez que este levou a que a execução da despesa tivesse atingido valores na ordem dos noventa e um por cento, o que aliás tem vindo a suceder uma vez que nos últimos dez anos tem atingido sempre valores acima dos oitenta por cento, sendo que a maior parte deles tem atingido os noventa por cento, e tudo isto está aliás demonstrado no anuário financeiro dos municípios portugueses que pode ser consultado uma vez que os dados são públicos.

Continuando, disse que apesar da receita de IMI ter subido, e não por opção do município mas por opção dos governos que resolveram alterar o método de avaliação das casas fazendo subir aquele imposto para financiar os municípios, a receita direta de impostos reduziu, mas o IMI tem sido o “cavalo de batalha” daquela oposição que defende o “velho rumo” para o país, e que enquanto governo o faz subir mas nas câmaras onde estão por vezes arranjam outras receitas para o poderem baixar, mas aqui não existe um aeroporto para que se possa cobrar uma taxa de passagem feudal a quem, por exemplo, possa vir da Alemanha visitar um amigo à Baixa da Banheira ou à Moita, mas como passa por Lisboa tem de pagar uma taxa, mas aqui não o podem fazer, nem o fariam.

Reportando-se a um gráfico, que se disponibilizou a mostrar, sobre as receitas de IMI em função da percentagem da receita total e efetiva das câmaras municipais, disse que o que se vê em relação à Moita é que a percentagem da receita de IMI na receita efetiva da Câmara Municipal é a mais baixa da Península de Setúbal e é uma das mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa. Ainda que digam que isso tem a ver com a propriedade que não está valorizada, e é verdade, e que isso terá impacto no bolso das pessoas, que também é verdade, o que podem ver é que a receita de IMI *per capita* no concelho da Moita é a mais baixa da Península de Setúbal. A título de curiosidade informou que na Moita é de oitenta e qualquer coisa euros *per capita* e em Loures é de cento e trinta e cinco, mas também informou que em Sesimbra, fruto das ações de uns executivos municipais que passaram por lá há uns anos atrás, passa dos duzentos. É verdade que poderão dizer que é mais baixa na Moita mas que a população da Moita também é mais carenciada, e que por isso afeta mais a população da Moita do que afeta as outras, mas se forem ver a taxa de esforço de IMI por munícipe o que verificam é que, mais uma vez, na Moita é uma



das mais baixas. A título de exemplo disse que a taxa de esforço no município do Montijo, que é governado por outra força política que aqui quer baixar o IMI, é de 1,14 e na Moita é 0,84, em Odivelas é de 1,08 e até em Lisboa que tem a taxa mais baixa é de 0,98.

Concluiu dizendo que a fixação da taxa é apenas um instrumento para obter uma receita e sabendo que a receita da Moita é das mais baixas na Área Metropolitana de Lisboa só demonstra que, independentemente da força política que gere o município discordar deste método de cobrança de impostos, se trata de um esbulho fiscal a que estão sujeitos porque defendem uma outra política fiscal, uma outra política que não confisque ordenados aos trabalhadores e aos pensionistas. Segundo dados que surgiram esta semana, desde que a Troika chegou a Portugal há cerca de três mil milhões de euros que passam direta e anualmente do fator trabalho para o fator capital, e isto é obra do PS, do PSD e do CDS que nos impuseram a Troika.

#### **Sr. Manuel Marques da CDU**

Disse querer congratular-se, atendendo à referência feita pelo eleito Luis Morgado de que as contas estão certas e de que a gestão é boa, mas como o país não é governado por Lenine então não o aprovará, mas há o reconhecimento de que se o país estivesse como está a gestão da Camara da Moita viveríamos todos muito melhor, daí a sua congratulação.

Admite perfeitamente que haja pessoas que mesmo com uma certa idade não aprendam a história, para além dos que ainda a estão a aprender, mas quando é aqui dito tantas vezes que a população da Moita é miserável, que o concelho está nos rácios mais baixos e que no Montijo é que é bom, pergunta qual Montijo, Canha, Santo Isidro e Pegões que é onde estão os latifundiários ou onde estão os colonos e que é onde a propriedade permite elevados rendimentos que a Moita não tem. É verdade que não conhecem nenhum latifundiário na Moita mas conhecem uma rede pública de bibliotecas muito superior à do Montijo, conhecem o Bairro da Caleira que é pior do que o Vale da Amoreira, ou o parque do CRI no Bairro Gouveia que não há igual no Montijo, a não ser que queiram falar do desastre do “olímpico”. Na Moita os dados nunca poderão ser esses por razões objetivas, porque uma grande parte dos trabalhadores que hoje se encontram numa situação de reforma eram trabalhadores da CP, da ex-Quimigal, da Siderurgia, etc., isto é, grandes empresas onde os trabalhadores tinham salários mais altos do que a média dos têxteis, das confeções, das cortiças, e no Montijo havia muito mais corticeiros, ou seja, existem dados que podem ser apresentados como apetecer.

Concluiu dizendo que quando se questiona como é que se gastou vinte e quatro mil euros no Boletim Municipal, é só dividir pelas cinco edições que se sabe onde se gastou o dinheiro, porque a matemática é uma ciência exata, ou quando aparece uma rubrica a dizer “PCP – Eleitos” também é simples porque entrega as suas senhas de presença da Assembleia ao seu partido, porque está cá em representação do seu partido e não recebe nada por isso e a Câmara, de acordo com a lei, é obrigada a enviar o dinheiro, pelo que não percebe qual é o problema.

#### **Sr. Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco**

Começou por dizer que o 25 de Abril foi feito para que haja pessoas nas câmaras e técnicos que possam trabalhar para as populações, porque a situação de oitenta ou de setenta não servia o país e por isso é que o 25 de Abril foi feito, não foi feito para estar um engenheiro a tratar de oitenta mil habitantes, não foi feito para termos redes obsoletas de águas, não foi feito para termos um ensino miserável, foi feito para que

possamos viver melhor e evoluir e para isso é preciso pessoas, e só tendo pessoas é que diminuem o número do desemprego, e só tendo pessoas com salários e a trabalhar é que temos as pessoas a viverem melhor, porque não há outra forma e não é preciso vir alguém muito antigo para nos dizer isto porque qualquer jovem sabe isto e sabe o que é preciso fazer para que as coisas melhorem, que é criar empregos para as pessoas, ter mais trabalhadores na Câmara porque fazem falta, não é para estarem lá, porque têm de ter uma oferta melhor mas para isso é preciso pessoas porque as pessoas são o mais importante nisto, uma vez que são elas quem recebe os serviços e quem os presta.

Correndo o risco de ofender alguém disse achar inadmissível que um membro da Assembleia venha dizer que já no ano passado foi assim e que não percebe uma rubrica, porque há uma coisa que se chama POCAL e os membros da Assembleia têm a obrigação de o estudar, e teve um ano para o fazer, logo é inadmissível e mostra impreparação, para não dizer outra coisa, porque o próprio apesar de não conhecer o POCAL consulta-o, tendo-se até voluntariado para lhe oferecer um exemplar para o ir consultando, ou a qualquer outro membro que precise, uma vez que o POCAL não é algo para se saber “na ponta da língua” mas sim para se ir consultando, para que a Assembleia corra um bocadinho melhor.

Continuando disse que este documento presta contas de uma estratégia política pelo que lhe faz uma certa confusão que sejam feitas análises ao documento ou muito políticas, que não tocam sequer nas contas, ou então análises avulso, porque isso para si também é mau trabalho porque o trabalho que deve ser feito é perante a estratégia que é esta, dizer se concordam ou não e se não concordaram dizerem qual é a estratégia a seguir, porque assim é que se trabalha para o bem do município, aqui, em qualquer lado e em qualquer altura. Não reconhece, nem percebeu, o que é que a oposição quer uma vez que diz que “não concorda mas que afinal as contas estão boas” ou que “compraram mais meia dúzia de parafusos e eram precisos menos”, e isto é muito pouco para o trabalho que deu fazer um relatório daqueles e com aquela qualidade, tendo salientado que nem o próprio nem ninguém da CDU aceita lições de moral de ninguém.

Parabenizando a, quanto a si, brilhante intervenção do seu camarada João Figueiredo pediu permissão para a completar com uns dados reais, tendo escolhido concelhos do norte, do sul, do interior e do litoral para comparar com o concelho da Moita no que realmente interessa, que é o que sai do bolso dos contribuintes, o que efetivamente pagam de IMI, e informou que em Águeda, em 2012, o IMI que saiu de cada bolso de cada pessoa daquele concelho foi de noventa e seis euros e trinta e três cêntimos, em 2013 foi de noventa e três euros e dezasseis cêntimos, em Castelo Branco em 2012, cento e um euros e sete cêntimos, em 2013 cento e um euros e cinquenta e seis cêntimos, em Odemira em 2012, noventa e seis euros e sessenta e seis cêntimos, em 2013 cento e oito euros e cinquenta e sete cêntimos, em Santa Comba Dão em 2012 setenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos, em 2013 cem euros e vinte e sete cêntimos e em Vila Franca em 2012 cento e dezoito euros e trinta e oito cêntimos e em 2013 noventa e três euros e setenta e nove cêntimos. Continuando, referiu um concelho que lhe diz muito, por ser um exemplo de gestão, que é o de Matosinhos e cujo IMI em 2012, por contribuinte, foi de cento e quarenta euros e vinte e um cêntimos, e em 2013 de cento e trinta e dois euros e sessenta e um cêntimos, no Montijo em 2012, cento e nove euros e trinta e sete cêntimos, em 2013 cento e trinta e três euros e cinquenta e um cêntimos, e na Moita, em 2012, oitenta e um euros e cinquenta e três cêntimos e em 2013 noventa e três euros e noventa cêntimos. Considera que sobre o IMI estão conversados porque o que realmente importa é o que as pessoas pagam, não é a taxa porque preferia ter a taxa máxima no concelho da Moita e pagar menos do que ter a mínima e pagar mais, que é o que acontece em alguns dos concelhos que referiu.

Porque ouviu aqui referências ofensivas e desnecessárias ao bom funcionamento da Assembleia, leu um trecho dum documento de que muito gosta, que se chama “PEC 4”, para lembrar os membros do que ali foi escrito que dizia: “*A extinção de novecentos e noventa e um cargos dirigentes, a reorganização das urgências nas áreas metropolitanas e a poupança de sessenta milhões de euros na justiça*” – e isto faz-se como os outros fizeram, fechando tribunais, fechando urgências, despedindo pessoas, fazendo o que fizeram aqui na Câmara em que metade dos dirigentes tiveram de sair, sobrecarregando os restantes e diminuindo a capacidade de intervenção da Câmara, e como dizia o Sr. Presidente há alturas em que é complicado gerir e fazer as mesmas coisas. Aliás, correndo o risco de cometer uma inconfidência, disse que entre as juntas e a Câmara não existem problemas porque a Câmara vê-se com menos pessoal mas as juntas pedem os mesmos apoios logísticos, ou até mais, porque querem o melhor para a população, mas depois ouvem a Câmara dizer que não consegue porque é altura de férias dos trabalhadores, e não dá, e não dá, o que é normal, mas mesmo assim ainda se faz e a razão por que não se faz prende-se com os despedimentos na função pública e pela redução das chefias.

Fez ainda referência à “*revisão em alta da taxa de desemprego de 10,8 para 11,2 e a manutenção para 2013 da taxa de desemprego acima dos 10%*”, e ainda a “*o governo prevê receitas de privatizações de seis mil milhões*”, e aqui lembrou os CTT e agora a TAP, mas agora são todos contra, são todos “*Charlie’s*”, mas alguns já foram a favor.

Concluiu com aquilo que acha que é vergonhoso e que merecia um pedido de desculpa aos habitantes do concelho da Moita que é onde diz “*aumentar as receitas de IMI em 20% até 2013*”, pelo que sugeriu aos eleitos do PS que, ao lado da faixa que colocaram em frente às finanças, colocassem outra a dizer “*pedimos desculpa pelos incómodos causados pelos governos que nós apoiámos e por quem aqui fizemos campanha*”, que só lhes ficava bem, porque agora quando ouve intervenções da bancada do PS parece que são mais de esquerda do que o próprio, porque até defendem umas coisas que não defende, mas depois na prática não é assim.

### **Sr. Luis Chula do PS**

Começou por dizer que não bastando a toada autoelogiosa que o documento insere, as intervenções dos membros da CDU vêm “*dourar a pílula*” e vêm ainda enaltecer, e não seria suposto que não o fizessem, todo este autoelogio que é o relatório e contas da Câmara Municipal da Moita. Para desanuviar um pouco o ambiente disse que o faz lembrar um certo ditado popular que diz “*presunção e água benta cada um toma a que quer*” mas também uma anedota, e pediu desculpa porque tratando-se de um assunto sério parece que está a brincar mas não está, que é a do marido que pergunta “*Maria porque te pintas?*” sendo que a resposta todos sabem, reiterando o pedido para que não interpretem mal esta maneira divertida que utilizou para iniciar a sua intervenção.

Disse haver um facto que é irrefutável, deem lá as voltas que entenderem os defensores do executivo, que é o facto de tudo aquilo que aumenta a receita, com exceção das receitas provenientes do OE, no que respeita às receitas correntes, que aumentaram sete por cento, é proveniente dos bolsos dos munícipes e disso não tenham qualquer dúvida. Quando há pouco um membro da CDU, que já não se recorda qual, falava que a receita com os impostos diminuiu isso aconteceu porque este ano não houve a receita extraordinária do IMT. Apesar do IMI aqui lhe parecer que é uma deusa que não pode ser incomodada, disse que este teve um aumento superior a treze por cento em relação àquilo que foi cobrado em 2013 e, pasmese, a Câmara não julgava isso e não julgava porque quando estabeleceu o orçamento para 2014

não pensou que, em função da verba orçamentada, esse mesmo IMI ia aumentar vinte e dois por cento, ou seja, face ao orçamento arrecadou mais vinte e dois por cento. Quando o PS dizia que baixar o IMI era conveniente para as bolsas das famílias do concelho, os argumentos foram que não iria haver um aumento como o que o PS, em discussão do orçamento, fazia notar. Por isso, houve aqui umas contas falhadas mas falhadas apenas por previsão errada pelo que, em relação ao corrente ano, julgam que irá haver um maior erro de previsão daquilo que consta no orçamento, mas daqui a um ano cá estarão para verificar se tem ou não razão. Ainda sobre o IMI disse que este aumento não é nada menos nada mais do que oitocentos e dezassete mil quinhentos e um euros, o que não é nada mau.

Fez ainda notar que houve um aumento considerável de receita ao nível das esplanadas, toldos e publicidade, pese embora tivesse havido, a meio, uma retificação de cinquenta por cento do valor das taxas constantes do regulamento. Falou ainda da rubrica “Taxas, Multas e Outras Penalidades” que também aumentou em catorze por cento, sendo que o seu valor orçamentado era de quinhentos e dois mil, setecentos e trinta e três euros.

Outra verba bastante considerável prende-se com os juros de mora que aumentou duzentos e quarenta por cento e, conforme já referiu, as verbas provenientes do Estado, no que respeita às receitas correntes, que aumentaram cerca de seiscentos mil euros, o que perfaz trinta e um por cento do total das receitas, e aqui é de salientar que o concelho da Moita é o segundo da região a receber mais *per capita*.

Uma vez que já foram feitos bastantes considerandos disse que não se iria alongar mais sobre o documento em apreço e que apenas queria fazer uma pergunta do seu camarada Staline, que não teve oportunidade de a fazer aquando da sua intervenção, e que tem a ver com o valor entregue à Associação de Municípios da Região de Setúbal de cento e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e quatro euros, que é saber o que determina esse valor, se é resultado de algum rácio, de alguma percentagem, se é igual para todos os municípios, se tem a ver com o número de habitantes ou com o número de quilómetros quadrados do município.

### **Sr. João Faim da CDU**

Começou por dizer que, por mais esforço e imaginação que algumas pessoas desta Assembleia façam para denegrir o trabalho da CDU no Município da Moita, o relatório que é apresentado, conforme já foi aqui reconhecido, é um documento responsável, criterioso e que espelha bem o muito trabalho efetuado pela CDU em prol da população no ano de 2014, tal como tem sido em anos e em mandatos anteriores, e é por isso que a CDU recebe o apoio, o voto e o reconhecimento pelo trabalho feito ao longo de todos estes anos no concelho.

Continuou dizendo que, por preconceito político e ideológico, alguns criticam o trabalho feito pela CDU na Moita e dizem que está bem explicado no texto mas que não concordam com o texto, ou que as contas estão certas mas que o texto, enfim, não é o que gostavam de ver. Assim, porque o concelho da Moita não é uma ilha, nem é um país, mas sim um município e está integrado naquilo que é o reflexo da governação de sucessivos governos dos últimos anos, pediu permissão para chamar a atenção para a página vinte e dois do relatório, mais precisamente para o quadro “*Evolução do número de alunos carenciados – Número total de alunos/Número total de alunos carenciados*” onde está uma curva a vermelho e uma curva a verde, sendo que na curva a vermelho, que é a que representa o número total de alunos carenciados, se vê uma constante subida, e isto apesar do número total de alunos estar a descer, o que significa que em termos percentuais está a subir muito e isto é reflexo das malfeitorias de quem tem governado este país nos

últimos trinta anos e mais. Reflete também, de acordo com o gráfico imediatamente abaixo, aquilo que se passa em cada uma das freguesias sendo clara a situação no Vale da Amoreira em que mais de noventa por cento dos alunos são carenciados. É este preconceito ideológico que se calhar alguns dos presentes têm por vergonha daquilo que alguns dos governos que apoiaram fizeram e que é o reflexo destes números que aqui estão, sendo que poderia dar mais exemplos que constam no relatório.

É portanto um documento que reflete aquilo que são as contas do município e reflete, realisticamente, aquilo que é a realidade social do município, aquilo que é a matriz identitária do concelho, que é um concelho de gente essencialmente trabalhadora, que tem sofrido muito nos últimos anos com as malfeitorias que os governos apoiados por alguns dos presentes têm feito.

Este relatório tem preocupações sociais, como também já aqui foi referido, através dos apoios sociais, dos apoios ao movimento associativo, dos apoios escolares e é um documento que reflete o que o município é, ou seja, é um dos municípios com maior preocupação social e com maior execução orçamental.

Por já terem sido aqui destacados alguns aspetos mais contabilísticos disse querer apenas salientar a grande amortização da dívida, dívida essa que não é a dívida que tem sido feita nos governos, é dívida para obras, para melhorias e para benefício da população deste concelho, dívida paga a baixos juros e que, mesmo assim, neste contexto, esses compromissos conseguem ser honrados e a dívida consegue ser bem negociada e amortizada.

Em conclusão disse que este documento é um reflexo daquilo que, em termos estruturais, é um problema que afeta o município da Moita, mas que também afeta a grande generalidade dos municípios portugueses, que é a menor capacidade de investimento, é a redução das receitas provenientes da Lei do Orçamento de Estado, é a Lei das Finanças Locais, apoiada pelos sucessivos governos que depois nem sequer a cumprem, são menos recursos humanos, menos possibilidade de admitir trabalhadores qualificados para poder dar mais qualidade e trabalhar mais, porque os funcionários públicos fazem e sabem fazer bem, para fazer mais em prol da nossa terra, e que o que muitos querem esconder é quem são os responsáveis, que são os tais sucessivos governos, e que são apoiados pelo PS, pelo PSD e pelo CDS.

### **Sr. António Chora do BE**

Começou por dizer que esteve a ouvir com muita atenção as intervenções, principalmente dos deputados João Figueiredo e João Faim, sobre toda esta obra que quase que diria, pela maneira como foi exposta na última intervenção, benemérita da Câmara Municipal da Moita. Realmente, não esperavam outra coisa que não fosse este tipo de atividade e, tal como já afirmaram aquando da primeira intervenção, estão contra algumas questões presentes no relatório, essencialmente questões de gestão política, mas não mudam a sua posição perante as duas intervenções que referiu porque elas, apesar de serem uma realidade que têm de reconhecer, não fazem descolar o concelho da Moita da cauda dos concelhos em que as pessoas vivem pior, ou nos quais os níveis de vida são relativamente mais baixos, e apesar de saberem perfeitamente que isso não é por culpa da autarquia, acham que pode haver políticas que favoreçam, por exemplo, a melhoria do investimento ou de possíveis investimentos nesta autarquia para a criação de emprego.

Disse ainda que, como aliás já referiram, continuam a pensar que o município tem todas as condições para isso e tem espaços reservados mas, pegando na referência feita pelo Sr. Staline Rodrigues ao Boletim Municipal, raramente se vê a divulgação, a propagação ou a oferta dessas instalações e desses terrenos para implementação de indústrias ou de outras atividades que criem emprego. O que criticam porque consideram que o papel da Câmara é, efetivamente, perante a crise que o país vive e que se reflete no

concelho, o papel de bombeiro, tanto nas escolas como noutras atividades, excetuando nas culturais ou desportivas, de ataque à situação de miséria que muitos dos nossos habitantes atravessam, e de bombeiro porque também não consegue fazer mais do que isso muito devido aos cortes que foram criados, o que não significa que não pudessem fazer outras coisas uma vez que, como já alguém dizia, *“melhor que matar a fome a alguém é dar-lhe uma cana e ensiná-lo a pescar”* para matar a fome continuamente.

Quanto às manobras que aqui foram feitas para justificar que neste concelho se paga menos IMI que nos outros fá-lo lembrar a história *“se a média de consumo de lagostas por pessoa são duas então pergunto onde andam as minhas”*, porque a questão que se coloca é que vivemos num concelho que sabem ter um número de isenções muito grande, bairros inteiros, pátios inteiros onde moram pessoas miseravelmente e que não pagam IMI, logo quem paga está a pagar muito, não necessitava pagar tanto, e foi isto que colocaram aqui, em 2013 e em 2014, e que foi negado pela CDU, pelo que o alerta que aqui deixam é que relativamente a 2015 as receitas vão ser muito superiores, face ao final da cláusula de salvaguarda, uma vez que a maior parte das pessoas já pagaram mais IMI este ano, como se viu até pela intervenção do município que aqui veio agradecer porque sabe que aquele dinheiro vem para os bolsos da Câmara Municipal. O alerta e a crítica que deixam relativamente ao IMI é exatamente este, porque a Câmara tinha a obrigação de saber que isto ia ser assim e recorda-se até de ter sido dito na intervenção da altura *“nós não sabemos se com este aumento isto vai aumentar”*, sendo que até foi feita uma previsão por baixo, enquanto toda a oposição aqui reconheceu e soube que não iria ser assim porque iria, efetivamente, subir.

Mais solicitou, apesar do Sr. Presidente da Câmara já o ter explicado e de dizer que quem devia pagar era a Setgás, com o que aliás concorda, que a Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS) fosse mais bem esclarecida, porque gostam muito de dizer que no Montijo existem latifundiários mas no Montijo não se paga a TOS, tendo apresentado uma fatura que tinha em sua posse de um habitante do Montijo com a indicação da TOS a zero enquanto a sua própria fatura diz que paga cinco euros e trinta e cinco cêntimos, mais IVA, todos os meses para a TOS, e daí pretender que esta questão seja mais bem explicada para perceber a razão da taxa ser tão alta, uma vez que existem estudos que já foram aqui divulgados e que mostram que a taxa do concelho da Moita é a mais alta dos concelhos do Barreiro, Seixal, Almada e Palmela.

Para terminar apelou, apesar de saber que já foram feitas diligências junto da Setgás para saber porque é que isto é assim, para que não parem e continuem, porque a Câmara, se os seus municípios estão a ser roubados, tem a obrigação de pegar nisto e não largar mais enquanto não resolver o problema.

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder.

#### **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Começou por dizer que no que concerne à questão da participação e da democracia participada que entendem *“participação”* como a participação das pessoas, das populações, das instituições locais, das associações, das coletividades, das autarquias, no caso as freguesias e as próprias assembleias de freguesia, e é essa participação que buscam e é com essa participação que têm vindo a construir este caminho. Os partidos têm a sua representação nos órgãos municipais nos termos do regime democrático, das eleições, da proporcionalidade do número de eleitos e não retiraram, nem pretendem retirar, essa participação aos partidos. Têm o seu espaço, espaço esse insubstituível e daí a força política que aqui representa sempre ter combatido a alteração das leis eleitorais, ao contrário, como todos sabem, de todos

os partidos à direita da CDU, pelo que as afirmações de poder absoluto, ou de maioria absoluta, são apenas afirmações que não correspondem, objetivamente, àquilo que é a prática e o trabalho do executivo.

Relativamente às questões colocados pelo Sr. Staline Rodrigues começou por dizer que já houve um tempo em Portugal em que os cargos políticos eram assumidos apenas pelos notáveis porque só estes é que podiam deixar de trabalhar, aliás nunca trabalhavam, e portanto podiam assumi-los e só com a democracia é que foi instituído o pagamento aos cargos políticos para permitir o acesso da população em geral, e a única razão pela qual o Sr. Staline podia abdicar do seu salário era porque tinha pessoas a trabalhar para si e nenhum dos membros do executivo tem pessoas a trabalhar para si, vivem exclusivamente dos rendimentos do seu trabalho e é por isso que não podem abdicar do seu salário. No entanto, essa transferência que o incomoda para o “PCP – Eleitos” reporta-se a verbas que resultam da comparticipação e do compromisso estatutário do PCP de que os eleitos não devem ser beneficiados nem prejudicados pela prática do seu cargo político, pelo que deduzem parte do salário, para além de que sempre que há uma greve os membros do executivo e os seus nomeados políticos descontam um dia de salário para o partido, porque enquanto políticos eleitos esse valor não é descontado mas entendem que não podem defender as greves e depois não lhes custar fazê-las.

Relativamente às despesas com o Boletim Municipal disse que desafiava quem quer que seja a exibir uma câmara municipal, com uma dimensão semelhante, que tenha menores despesas com o seu boletim municipal e com a sua informação do que a Moita, uma vez que produziram cinco edições de trinta e cinco mil exemplares, distribuídos porta a porta, com este custo que é irrisório para a dimensão desta tiragem.

No que concerne à “Senergia” disse tratar-se de uma agência de energia criada no âmbito de um programa que foi instituído em Portugal de criação de agências de energia, que existem espalhadas por todo o país e que agrupam a esmagadora maioria dos municípios portugueses, sendo que aqui temos uma agência que agrupa os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, e embora este último já tenha saído a agência mantém-se. Tem fins previstos na sua própria constituição de aconselhamento, e é um exemplo de integração com a sociedade, com a economia, com o setor económico, em que participam por exemplo o Instituto Politécnico de Setúbal, e diversas empresas da região, é um exemplo de trabalho para a sociedade e para a comunidade e é pena que ajam eleitos na Assembleia Municipal que não saibam o que é a “Senergia”.

Como já foi dito informou que o POCAL define as regras de construção dos orçamentos e explica porque é que acontece, com alguma frequência, que a execução orçamental em receitas correntes ultrapasse a previsão, é porque a previsão tem regras e porque o que está definido no POCAL é que aquilo que pode ser inscrito no orçamento é metade da receita dos últimos dois anos, seja para o IMI ou para qualquer um dos outros impostos e, num período em que a receita de IMI tem vindo a crescer, a receita anual, naturalmente, ultrapassa aquilo que é orçamentado, mas isso decorre da lei e não podem deixar de a aplicar.

Por já terem sido feitas citações, disse que cada vez que houve o PS falar lembra-se de Galileu, mais precisamente da história em que o obrigaram a retratar-se e a dizer que não era a terra que girava à volta do sol e no entanto gira. Aqui é a mesma coisa porque o retrato que os membros do PS fazem não é um retrato mas sim a sua imaginação, porque a verdade do concelho é outra coisa, e para além de ser demonstrador de uma hipocrisia política inxcedível, chega a ser confrangedor ouvir aqui agentes dos partidos que durante quarenta anos conduziram o país à situação em que hoje ele está, partidos que foram responsáveis pela destruição do setor produtivo na nossa região, que assistiram impávida e serenamente, aliás, contribuíram para o encerramento das empresas, dos têxteis, para o desaparecimento de milhares de

postos de trabalho, contribuíram durante muitos anos para os baixos salários predominantes no concelho, nos têxteis e na cortiça, os baixíssimos salários que hoje se refletem em baixíssimas pensões de reforma, contribuíram para reduzir significativamente o acesso a abonos de família, às diversas prestações sociais e aos fundos de desemprego. Portanto, esta situação é responsabilidade dos partidos que nos governam e que nos governaram durante todos estes anos, não sendo possível ao PS, a não ser por um ato de transformismo extremo, demarcar-se como se não tivesse nada a ver com o caso e ainda menos fazer o papel de dizer que à nossa volta estão prestes a entrar no paraíso e que aqui é o inferno que se conhece, porque esse é um “travesti” que não tem correspondência na realidade. O concelho da Moita, naquilo que depende da atividade da Câmara e naquilo que depende dos serviços que a Câmara providencia, não deve nada, rigorosamente nada, a qualquer um dos outros concelhos da região, porque não prestam menos serviços nas áreas dos serviços urbanos, nas áreas da cultura, nas áreas do desporto, nos espaços verdes, mesmo nas prestações sociais no âmbito escolar, nem em nada porque em nenhuma matéria são comparados negativamente, exceção feita a alguma situação pontual uma vez que, como é evidente, não são os melhores em tudo, mas no computo geral, numa análise global à atividade dos diversos municípios, das diversas autarquias, não perdem na comparação.

Por outro lado, disse que é preciso ser rigoroso e a falta de rigor é uma coisa extraordinária nalgumas análises que aqui se fazem, porque quando se diz que as receitas do OE aumentaram cerca de setecentos mil euros nas receitas correntes deve-se ser rigoroso e verdadeiro e dizer que isso corresponde a uma diminuição de igual valor nas transferências de capital, não houve portanto um aumento nas transferências do Estado para a autarquia, houve uma alteração na proporção, aumentaram as correntes diminuíram as de capital, e isso já aqui foi dito mais do que uma vez, pelo que não entende porque continuam a repetir as mesmas coisas quando elas não correspondem à verdade.

Relativamente à AMRS disse que as participações são calculadas em percentagem das transferências do OE, que naturalmente é idêntica para todas os municípios e a participação só varia em função do volume das transferências.

Disse ainda que é estranho, mas não surpreendente, que um partido de esquerda faça análises à região a partir das palavras do grande capital. Aliás é habitual, porque aquilo que o capital diz, os seus conceitos e dogmas, é que formam a doutrina atual do PS, e daí não terem ninguém melhor para citar que não um administrador de uma grande empresa, beduína como muitas outras que por aqui estão, e beduína porque hoje estão mas amanhã, se as condições forem vantajosas, arrumam a trouxa e vão-se embora como já muitas outras fizeram ao longo dos anos. É ainda impressionante o facto de ignorarem o trabalho que foi feito nesta região, desde os anos oitenta, de concertação, de procura de planeamento estratégico, foram os municípios desta região que promoveram o PIDDS, o PEDEPES, que têm apresentado sucessivas propostas, têm reclamado e atuado em conjunto, mas não sozinhos, nunca sozinhos. A título de exemplo informou que esteve numa reunião há cerca de três semanas, que se realizou no Seixal, onde estiveram representadas mais de cinquenta entidades na discussão do desenvolvimento regional e portanto este trabalho existe, é pena, mas mais uma vez não é surpreendente, que o desconheçam.

Mais disse que também há outra coisa que não se pode dizer sobre o concelho da Moita porque não corresponde à verdade, porque desde os anos oitenta, com o loteamento de iniciativa municipal na Quinta dos Machados, que têm um ordenamento do território e que criaram condições para existir uma oferta de zonas industriais e de zonas de equipamentos no concelho e elas existem, não só as zonas como as próprias instalações, é pena é que a situação do país leve a que mais de metade das instalações que estão



hoje construídas estejam desertas porque não há capacidade de investimento das nossas empresas para lá se instalarem, mas não é por falta das instalações existirem, uma vez que até têm condições mais favoráveis porque há anos que têm taxas mais baixas para a construção de instalações industriais e comerciais do que para a habitação.

Terminou dizendo que a parte que lhes cabe fizeram-na sempre e que a parte que cabe aos restantes é que é a responsável pelas condições em que o país e a população do concelho vive.

**Submetida a proposta a votação**, foi a mesma **aprovada** por maioria com dezassete votos a favor da CDU; dez votos contra, sendo oito do PS, dois do PSD; duas abstenções do BE.

#### **Declaração de Voto do PS apresentada pelo Sr. Luis Chula**

“O Relatório e Contas da Câmara Municipal da Moita referente ao exercício de 2014 apresentado a esta Assembleia mereceu da parte dos elementos da Bancada do Partido Socialista a melhor das atenções e detalhada análise.

Antes de mais entendemos salientar que os dados, informações e a atividade espelhados nestes documentos resultam da exclusiva responsabilidade dos membros do Executivo do PCP/CDU que dirige os destinos desta autarquia, uma vez que aos eleitos dos outros Partidos para a Vereação não foram atribuídos quaisquer Pelouros, responsabilidade ou representatividade, cingindo-se a respetiva participação à presença quinzenal nas regimentais Reuniões de Câmara.

Definidas as responsabilidades da gestão camarária, é nosso entendimento que a oposição aqui representada nesta Assembleia Municipal, órgão deliberativo e fiscalizador deste Município, deve avaliar estes documentos para além da ótica contabilista e deter-se principalmente nos resultados políticos que os mesmos refletem, face à verdadeira realidade da qualidade de vida dos nossos munícipes e ao estado de desenvolvimento do nosso concelho, cientes que territorialmente estamos longe de estar isolados e de que nos encontramos próximos, mas apenas geograficamente, de um vasto conjunto de municípios de entre os mais desenvolvidos e apelativos do país.

Este facto justificaria por parte da gerência municipal, um maior empenhamento no encontro de novas soluções promotoras de captação de mais munícipes e de mais empreendedores com vista à construção de um tecido social mais equilibrado. Não nos podemos resignar ao “... este é o concelho que temos”, pois há que procurar renovar e atrair em competição com os concelhos limítrofes.

Por força da Lei, apresentou o Município em Junho do ano passado o 1º Relatório de Estado do Ordenamento do Território do Município da Moita (REOTMM-I) no qual ficou plasmado um conjunto de realidades que pela sua natureza obrigariam, em nome da boa gestão e do verdadeiro interesse na resolução dos problemas reais com que a população do nosso Concelho se debate, a um vasto conjunto de ações corretivas com carácter de urgência, as quais, infelizmente, não foram realizadas e por tal não constam do Relatório em análise. Assim, e por muito que desagrade ouvir esta verdade, se conclui não haver qualquer alteração positiva que permita retirar o concelho da Moita dos *rankings* que o posicionam na cauda dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal.

Confirma-se a aposta em aparatosas e propagandistas ações ao invés do investimento, desenvolvimento e real apoio à população.

Bem pelo contrário, desprezando as propostas do PS no sentido de aliviar a carga fiscal resultante dos impostos e taxas que são determinados pelo Município da Moita, a maioria PCP/CDU promove que as receitas da Câmara relativas àquelas rúbricas subam todos os anos à conta do sacrifício das economias das famílias que habitam no nosso Concelho, sustentando uma grande fatia das receitas do Município ou seja 31% das mesmas.

É o caso do IMI, cujo valor cobrado em 2014 é 13% superior ao que foi cobrado em 2013 e 22% superior ao que foi orçamentado para 2014 e bem superior ao orçamentado para 2015, confirmando os reparos que a Bancada do PS fizera em sede de aprovação do Orçamento para 2014, entendimento que julgamos vir a confirmar-se em relação a 2015.

Sendo o IMI uma das maiores fontes de rendimento da Câmara Municipal da Moita, temos aqui uma das razões para os resultados financeiros alcançados, à conta de quem mora e paga impostos no concelho, correspondendo este aumento ao encaixe de mais 817.500 euros em comparação com o ano anterior.

Também os comerciantes se queixam do aumento das taxas sobre esplanadas, toldos, publicidade e outros, resultantes de alterações no Regulamento de Taxas que mesmo após correção para menos 50% dos seus valores, não deixaram de influenciar um aumento de 31 % sobre o valor cobrado em 2013 no referente à rúbrica Taxas, Multas e outras penalidades, sobrecarregando, principalmente, o pequeno comércio que luta por manter em funcionamento os seus estabelecimentos comerciais.

De penalização em penalização sobressai ainda a rúbrica Juros de Mora cujo valor aumentou 240% sobre o que foi cobrado em 2013.

Confirmámos ainda o que antes havíamos dito sobre as receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado em que o concelho da Moita continua a ser na Península de Setúbal o 2º concelho que mais recebe *per capita* e refletindo também aqui um aumento de 7 % a nível das Receitas Correntes a que corresponde cerca de 600.000 euros.

Temos pois aqui presentes alguns dos resultados da carga fiscal da responsabilidade de quem gere em exclusivo a Câmara Municipal da Moita em representação do PCP/CDU, que não se coíbe de em todas as oportunidades criticar os governos centrais pela exagerada carga fiscal que fazem recair sobre os cidadãos portugueses. Contudo, quando exerce poder, como aqui na Moita, atua precisamente da mesma forma.

Do ponto de vista da Obra e do Investimento constatamos que nada de relevante foi feito, tendo sido trocado o essencial pelo acessório.

Teríamos feito de forma diferente tendo sempre em vista os reais interesses dos nossos munícipes em conformidade com o nosso Programa eleitoral.

Se quando da votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 o nosso voto foi contra, agora que se apresenta o que do mesmo foi concretizado, nada justifica uma alteração do nosso sentido de voto.

Pelos considerandos elencados, o voto do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal e no referente ao Relatório e Contas de 2014 só poderá ser um voto contra.”

#### **Declaração de Voto do BE apresentada pelo Sr. António Chora**

“O Relatório e Contas de 2014 tem na sua introdução mais do mesmo no que diz respeito ao autoelogio e à análise política.

No entanto, no que diz respeito à Lei das Finanças Locais e ao Orçamento Geral do Estado, é uma realidade que ambos criam problemas de gestão nas autarquias, limitando despesas e substituição de trabalhadores.

Na política de Impostos, o que podemos ver na página 138 é uma redução no valor dos impostos totais cobrados pela autarquia na ordem dos 15%.

Verificando depois em pormenor esta situação deparamos com dois casos diferentes:

O **IMT** tem uma redução própria da situação económica que o país atravessa e a que o concelho não é isento.

O **IMI**, por outro lado, vem dar razão ao que o Bloco de Esquerda afirmou aquando da aprovação pela maioria CDU nesta Assembleia das taxas para os anos de 2014 e 2015.

Dizíamos então:

“A manutenção das atuais taxas por parte da maioria CDU, em cima das vergonhosas avaliações que aumentam extraordinária e artificialmente o valor patrimonial contribuindo assim para o aumento das dificuldades dos cidadãos aqui residentes não podia contar com o apoio do Bloco de Esquerda” pelo que “...era dever da CDU não alinhar no processo de empobrecimento dos cidadãos aqui residentes, e por isso, deveria ter aprovado a redução das taxas de IMI a aplicar em 2014 apresentadas pelo Bloco de Esquerda...”

O tempo deu-nos razão no que diz respeito a 2014 e infelizmente para os habitantes do concelho, vai dar-nos ainda mais razão, aquando da apresentação dos resultados da cobrança do IMI de 2015.

Mas porque as nossas discordâncias sobre este Relatório são políticas e não de conteúdo, porque contas são contas e as mesmas serão oportunamente auditadas pelo Tribunal de Contas e porque o Bloco de Esquerda não tem dúvidas quando há honestidade do executivo CDU, nem dos trabalhadores autárquicos responsáveis por estas, razão pela qual optámos pela abstenção na votação do mesmo.”

## **2 – 1ª Revisão ao Orçamento e GOP**

A proposta infra foi aprovada por maioria com quatro abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 08/04/2015:

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas decorrem da necessidade de incorporar, no orçamento de 2015, o saldo orçamental transitado da gerência anterior na importância €3.919.773,00.

O exercício efetuado teve por princípio o reajustamento das dotações orçamentais, na medida em que algumas delas ficaram com dotações a definir na ordem de 1,6 milhões de euros, como consta nos documentos previsionais para 2015. Para além deste facto, e uma vez que o orçamento de capital assenta sobretudo nas receitas provenientes do orçamento corrente, foram ainda algumas destas rubricas adequadas, quer aos compromissos transitados, quer aos compromissos a assumir no presente ano económico.

Nesta medida, propõe-se a revisão ao orçamento na importância correspondente ao saldo da gerência anterior, conforme mapas que se anexam, e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação.”

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

### **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Em relação a esta proposta disse que o valor pouco habitual de saldo, quase quatro milhões de euros, é deliberado porque optaram por fazer, durante o ano de 2014, uma consolidação da capacidade de investimento que permita garantir o pagamento e a realização de obras de grande monta como aquelas que estão, neste momento, em concurso e prestes a iniciar.

Disse ainda que a aplicação deste saldo visa dotar as diversas rubricas, quer de investimento quer correntes, das verbas necessárias para a sua execução até ao final do ano, sendo este saldo indispensável para esse efeito, até porque há receitas que têm vindo a diminuir como, por exemplo, as “Taxas, Multas e outras penalidades” que, em 2010, tiveram uma receita de um milhão duzentos e trinta e um mil e, em 2014, de quinhentos e setenta e quatro mil, ou seja, menos de metade pelo que, afinal, as “Taxas, Multas e outras penalidades” têm vindo a diminuir significativamente no concelho.

**Submetida a proposta a votação**, foi a mesma **aprovada** por maioria com dezassete votos a favor da CDU; dez abstenções, sendo sete do PS, uma do BE, duas do PSD.

### **3 – Declaração de Interesse Público Municipal da Quinta da Felicidade – Abreu Pequeno**

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 22/04/2015:

“No âmbito do Relatório Final do PEDEPES+ – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal no seu programa de ação para o período 2014-2020, o turismo é entendido como um fator determinante para o desenvolvimento territorial, defendendo-se a valorização dos recursos regionais e a inserção na Área Metropolitana de Lisboa como potenciadores do desenvolvimento de Áreas de Vocação Turística e Núcleos de Desenvolvimento Turístico (Eixo Estratégico E - Estruturação e Qualificação dos Sistemas Urbano e de Acessibilidades).

Neste âmbito, o turismo residencial e de saúde e bem-estar, nas diferentes tipologias previstas na legislação turística, oferecendo equipamentos de recreio e lazer complementares, e valorizando os recursos patrimoniais, ambientais, paisagísticos e culturais locais, consubstancia uma das formas de organização da oferta de alojamento hoteleiro e residencial integrado em conjuntos turísticos de gestão integrada.

Considerando que foi apresentado à Câmara Municipal um projeto de desenvolvimento de complexo de turismo em espaço rural, denominado Quinta da Felicidade, projeto que vem colmatar a ausência de oferta turística no Município e que corresponde aos objetivos estratégicos definidos, quer ao nível municipal, quer regional;

Considerando que o projeto, a implementar em solos integrados na RAN e na REN, respeita as características do espaço envolvente, e que irá contribuir para o desenvolvimento da economia local;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a Declaração de Interesse Público Municipal da Quinta da Felicidade, no lugar de Abreu Pequeno, freguesia da Moita, e remeta a declaração, que se anexa, à Assembleia Municipal.”

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

### **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Pediu ao Vereador João Romba para fazer a apresentação desta proposta.

### **Sr. Vereador João Romba**

Esta proposta prende-se com o interesse de umas pessoas de implementar na Moita um projeto de turismo rural que tem por objetivo, obviamente, o desenvolvimento do turismo no concelho. Para que haja uma melhor candidatura a fundos europeus existe a necessidade do Município declarar o Interesse Público Municipal, sendo de facto de interesse municipal que se aloje na Moita uma valência deste género, que não existe, e que pode potenciar o município para aquilo que tem vindo a ser falado ultimamente em termos turísticos a nível nacional, e a Moita não é alheia a essas questões, e portanto tem todo o interesse que se implemente uma hotelaria.

Disse ainda que a questão do licenciamento do projeto não fere em nada as questões relacionadas com os regimes da RAN e REN, isto porque com a declaração de interesse municipal existem alguns benefícios que podem ser trazidos, mas de acordo com o parecer emitido pelos técnicos da Câmara não há nada a objetar.

Terminou fazendo a leitura da pretendida declaração, conforme transcrição infra:

“Para efeitos da alínea a) do nº4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro, declara-se face ao requerido por Maria Leonilde dos Santos Patrício da Silva, Susana Manuela Patricio da Silva e Alexandra Cristina Patricio da Silva, que o desenvolvimento do complexo de turismo rural Quinta da Felicidade, localizada em Abreu Pequeno, Freguesia e Concelho da Moita é fator da necessária valorização de uma atividade de interesse público para o Município, uma vez que se insere na estratégia de qualificação e desenvolvimento turístico do Concelho da Moita, sendo ainda que o estabelecimento em referência, é único na zona e poderá constituir um polo de atração turística, com exigências de qualidade urbana e ambiental.”

Colocadas as propostas à discussão intervieram os seguintes membros:

### **Sr. Staline Rodrigues do PS**

Começou por dizer que quando lhes chegou a documentação não estavam devidamente fundamentados razão pela qual se deslocou com a sua camarada Dulce Marques e verificaram o processo que lhes pareceu muito bem elaborado. A questão que pretende colocar, atendendo ao facto do projeto se situar no Abreu Pequeno, numa zona RAN e REN, e que tem vários equipamentos edificados, é se porventura a Câmara sabe em que ano é que foram construídos os elementos que lá se encontram, uma vez que não estão licenciados, ou seja, de acordo com a lei são clandestinos.

### **D. Dulce Marques do PS**

Disse que, numa primeira análise, quando entrou em contacto com este projeto, mediante a documentação que lhe foi enviada, achou-o extraordinário, acha que faz muita falta na Moita porque não há nada do género e é um tipo de projeto que atrai muito dadas as suas características específicas. Entretanto, e

como trabalha muito com este tipo de situações, achou conveniente consultar o processo para estar informada e para saber o que realmente se iria construir ali, tendo verificado que havia uma memória descritiva que, como já foi mencionado, está muito bem elaborada o que fez com que aquilo que já lhe parecia muito agradável ter ficado ainda mais acentuado.

Todavia, nessa mesma memória descritiva, estava mencionado que iriam construir seis apartamentos independentes entre si com tipologia T1, sendo que quando viu essa indicação pensou que iriam ser integrados no edifício principal, ou uma suite, ou qualquer coisa do género mas, ao consultar o desenho constante do processo, que gostaria que todos os membros da Assembleia vissem, o que não foi possível porque essas peças do processo, por não fazerem parte da documentação necessária para a emissão da declaração de interesse municipal, não foram presentes à Assembleia, constatou que afinal o que se prevê é a construção de seis pequenas vivendas, cujo tamanho não se sabe, uma vez que se trata de um esboço porque não existe uma planta.

Em primeiro lugar e ao contrário de outro tipo de projetos, são contíguas, ou seja, estão separadas por uma pedaço de terreno mas geometricamente falando estão paralelas, situam-se todas em frente à estrada principal e além disso ficam mesmo à entrada da quinta, do lado direito, e daí a razão por que gostava que todos vissem o desenho para terem uma noção melhor, porque sendo uma zona de RAN e de REN, e pretendendo-se aqui a criação de um equipamento que permita, segundo a memória descritiva, o aproveitamento da natureza, etc., este tipo de construção não se enquadra neste tipo de projeto porque, normalmente, estes apartamentos ficam desfasados uns dos outros, afastados das zonas com maior incidência de carros e em zonas mais afastadas da estrada razão pela qual, quando olhou para o desenho, o que viu, e reiterou que concorda com o projeto, é que estas seis vivendas, futuramente, serão objeto de venda, de desanexação, ou qualquer coisa do género.

Assim, disse ter duas posições e que em primeiro considera que o resto do projeto é ótimo e acha que a própria Câmara o deve promover mas também acha que, para a Assembleia declarar o interesse público municipal, deve ser exigido este tipo de alteração. Não está a dizer para votarem contra, mas acha que os membros desta Assembleia deviam consultar o processo, eventualmente verificar o tal desenho, e daí ter pedido para que ele fosse mostrado, e votarem em consciência aquilo que irá ali ser construído. Garantiu ainda que quando olhou o que viu foi um projeto ótimo e de interesse para a Moita mas que está ali a ser preparada uma futura desanexação porque nenhum projeto deste género poderá prever a construção de pequenas vivendas com está ali, nunca, porque estão logo à entrada, geometricamente situadas e viradas para a estrada principal.

Concluiu propondo à Assembleia que se adiasse esta votação e que todos os membros da Assembleia vissem o desenho que consta no projeto.

#### **Sr. João Figueiredo da CDU**

Começou por dizer que tinha uma questão que queria ressaltar mas agora ficou com duas, sendo que a primeira que queria ressaltar é que realmente a Assembleia não está interessada em procurar parceiros para desenvolver projetos, conforme ficou aqui provado e a segunda é que não se lembra que haja, nas atribuições da Assembleia Municipal, a discussão de opções arquitetónicas ou de planeamento a este nível.

**Sr. Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco**

Quis acrescentar algo ao que o seu camarada João Figueiredo acabou de dizer porque acha que a penúltima intervenção é um exemplo típico do que não se deve fazer que é burocratizar, arranjar problemas e afastar as pessoas, ou seja, na sua opinião é um exemplo de má participação.

Disse ainda que se fosse técnico da Câmara e ouvisse um membro da Assembleia dizer uma coisa destas ficava ofendido, e se pertencesse a um departamento contava aos seus colegas todos, porque o que estão aqui a dizer é que as pessoas da Câmara não sabem o que estão a fazer quando não há motivos para isso e por achar que é injusto pediu alguma contenção, porque entre todos haver uma argumentação política até acaba por ser saudável, mas estão aqui a falar e a ferir a dignidade profissional das pessoas, pelo que acha que o mínimo que se deve fazer é ter alguma atenção, sendo que até podem pedir explicações porque estão cá os vereadores, e ainda que não seja competência da Assembleia, acredita que nenhum dos seus camaradas se iria negar.

Concluiu dizendo que, e apresentou um pedido de desculpa, não reconhece competência técnica à Sr<sup>a</sup> D<sup>a</sup> Dulce Marques para dizer o que disse, porque analisar um projeto não é analisar leis, e acha que ninguém gostaria de levar um ataque destes na sua atividade profissional, porque ainda que tenha sido dito num tom simpático não deixa de ser um ataque violento, muito violento.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder.

**Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Disse não poder deixar de dizer que é uma pena que no turismo rural onde esteve há uns meses, em Évora, não saberem que não se faz turismo rural em construções pegadas, que por acaso eram todas mas as pessoas não sabiam, da mesma forma que também há pouco mais de um ano esteve num turismo rural em Tomar, oriundo do aproveitamento de uma antiga quinta onde também era tudo corrido, e é uma pena as pessoas não saberem, mas se calhar o melhor é irem lá e demolirem aquilo tudo porque isto, no turismo rural, não se faz.

Ultrapassada a ironia disse que o que é fundamental, em primeiro lugar, é que não estão a aprovar um projeto de arquitetura mas sim uma declaração de interesse para um projeto de natureza turística e, em segundo lugar, todas as questões processuais de construção, de cumprimento das normas da RAN e da REN, são tidas em conta no processo de licenciamento e, exatamente por serem RAN e REN, são aprovadas por entidades externas à Câmara Municipal da Moita. Aliás, as próprias regras da reserva ecológica e agrícola determinam a impossibilidade de se fazerem desanexações, fracionamentos, etc., pelo que essa é uma questão que está perfeitamente ultrapassada e aquilo que é a discussão política aqui é se se entendem, ou não, que um investimento de natureza turística é de interesse municipal.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Porque em princípio cometeu um lapso porque não viu o pedido de intervenção do Sr. Carlos Albino, a quem pediu que sinalize bem as suas intenções de intervenção porque ninguém da Mesa viu, excecionalmente perguntou se havia mais algum pedido de intervenção.

### **Sr. Carlos Albino do PS**

Quis agradecer o reparo que o Sr. Presidente da Assembleia fez ao dar-lhe a palavra mas as questões que iria colocar já foram respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara, tendo apenas questionado se existe algum estudo de impacto ambiental.

### **Sr. Luis Morgado do BE**

Tendo-se confirmado que o que vão votar, de acordo com a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, seguirá todos os trâmites normais e legais, será apreciado por entidades estranhas ao próprio concelho e que de facto o interesse é mesmo turístico, o que os animou, porque inicialmente tinham algumas dúvidas, informou que irão votar a favor esta proposta.

### **Sr. Staline Rodrigues do PS**

Transmitiu que o que pretende dizer tem a ver com a intervenção do deputado Nuno Cavaco porque acha que atribuiu palavras inoportunas à análise da Dulce Marques porque ela apenas se reporta à sua visão do projeto, pelo que não lhe parece que se justifiquem as palavras.

Reiterou ainda o pedido para que o informem da data da construção do edificado existente.

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder.

### **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Disse que não conhece, nem considerou relevante saber a data da construção, para o efeito que está aqui em causa.

**Submetida a proposta a votação**, foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte votos a favor, sendo dezassete da CDU, dois do BE, um do PSD; nove abstenções, sendo oito do PS, uma do PSD.

### **Declaração de voto do PS apresentada pelo Sr. Miguel Jorge**

“O Partido Socialista tem defendido desde há muito a necessidade do concelho acolher projetos que fomentem o desenvolvimento económico, trazendo mais-valias para um concelho deprimido e pouco dinâmico, tal como todos os indicadores económicos e sociais, infelizmente demonstram.

Entendemos que a emissão de uma Declaração de Interesse Público Municipal deve ter critérios bem definidos, claros e transparentes de forma a permitir aos cidadãos o escrutínio destas atribuições evitando que as mesmas se façam de uma forma discricionária.

Importa por isso, clarificar e definir critérios objetivos nos quais se enquadrem futuras decisões sobre projetos de interesse público municipal.

O Partido Socialista consultou o processo da proposta em discussão, de que resultaram as dúvidas que apresentámos no decorrer da discussão deste Ponto da Ordem de Trabalhos e que fundamentam o nosso voto de abstenção.”



#### **Declaração de voto da Sr<sup>a</sup> Dulce Marques**

“Eu quero fazer uma declaração de voto porque concordo com este projeto como digo desde o início e não quis, de algum modo, ser agressiva. Agora queria explicar aqui ao colega de bancada, o Sr. Nuno Cavaco, que eu além de ser licenciada em advocacia tenho pós-graduação nesta área, ou seja, eu olho para este tipo de projeto, porque eu trabalho neste tipo de projetos, e sei perfeitamente ver, e foi logo que consegui ver qual era o objetivo disto e era isso que eu queria explicar. Isto não é uma questão política, não tem nada a ver com isso, e não quis de modo algum ofender os técnicos da Câmara.”

#### **4 – Revogação da Declaração de Retificação nº1199/2014, de 24.11 e emissão de Declaração de correções materiais e retificações à Planta Geral de Ordenamento e ao Regulamento do Plano Diretor Municipal da Moita**

A proposta infra foi aprovada por maioria com quatro abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 22/04/2015:

“Foi publicada no Diário da República n.º 227, 2.ª série, de 24 de novembro de 2014, a declaração de retificação n.º 1199/2014 que veio proceder a correções materiais ao Plano Diretor Municipal da Moita (PDMM), que por sua vez foi publicado no Diário da República n.º 102, 2.ª série, de 26 de maio de 2010, através do Aviso n.º 10488/2010 do Município da Moita.

Estas correções procuravam suprir, na Planta Geral de Ordenamento, a incorreção cartográfica de representação da categoria de *Espaços de Infra-estruturas Propostos*, que se encontrava representada como *Espaços de Equipamentos Propostos* que conflituava com o enquadramento no PDMM da atividade do Ecocentro de Alhos Vedros. No caso do Regulamento do Plano, pretendeu-se eliminar uma incongruência na sua redação, nomeadamente nos artigos 8.º, 9.º, 28.º e 29.º, onde era omissivo o uso de “serviços” quando era mencionado o uso para “comércio”.

Após a publicação da Declaração de Retificação n.º 1199/2014, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), como entidade licenciadora do Ecocentro de Alhos Vedros, veio considerar que ainda não se encontrava completamente clarificado o âmbito de abrangência dos *Espaços de Infra-estruturas Propostos* no Regulamento do PDMM, nomeadamente quanto ao disposto no artigo 41.º do Regulamento do Plano, não entendendo por isso que o âmbito desta categoria de espaços se estendesse à atividade do ecocentro. Por outro lado, veio argumentar deficiências processuais na comunicação da declaração da parte do município da Moita e para a falta de correspondência entre a alínea g) do artigo 35.º do Regulamento do Plano e a referência a *Espaços de Infra-estruturas Propostos*, o que se ficou a dever a ter subsistido a quebra da ordem sequencial das sete alíneas do artigo 35.º.

O PDMM em vigor foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 26 de maio de 2010, tendo sido já objeto de correções materiais e retificações publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 23 de julho de 2010, e na Declaração de Retificação n.º 1478/2010, de 19 de julho.

Nestes termos, propõe-se a alteração dos seguintes elementos cartográficos e regulamentares do PDMM contendo as correções materiais e retificações superadas ao abrigo do disposto nas alíneas *a)*, *b)* e *c)* do n.º 1, nos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 97.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 19 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial — RJIGT):

Na Planta Geral de Ordenamento à escala 1:12 000:

1 — Correção da categoria de espaço onde se encontra localizado o Ecocentro de Alhos Vedros sendo alterada de *Espaços de Equipamentos Colectivos Propostos* para *Espaços de Infra-estruturas Propostos*, correspondendo estas categorias no Regulamento do Plano à alínea *c)* do artigo 35.º e ao artigo 38.º, no caso de *Espaços de Equipamentos Colectivos Propostos*, e à alínea *g)* do artigo 35.º e ao artigo 41.º, no caso de *Espaços de Infra-estruturas Propostos*, sendo esta correção feita ao abrigo do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 97.º-A do RJIGT, respetivamente, de acordo com o indicado na Figura 1;

**Figura 1:**

Extrato da Planta aprovada:



Extrato da Planta retificada:



*Espaços de Equipamentos Colectivos Propostos Proposta*

*Espaços de Infra-estruturas*

Esta incorreção ficou a dever-se à incongruência que resultou do facto da data da deliberação da Assembleia Municipal, que aprovou o PDM da Moita a 21 de novembro de 2008, ser anterior à publicação do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, que veio estabelecer o quadro jurídico para as definições urbanísticas, tornando o uso do solo onde funciona o único ecocentro existente no concelho da Moita, como fora do âmbito da definição de equipamentos coletivos, contrariando o disposto no n.º 5, do artigo 19.º, do Regulamento do Plano (Usos Incompatíveis). Esta correção enquadra-se na alínea *b)*, do n.º 1, do artigo 97.º-

A, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 23 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

No Regulamento do Plano Diretor Municipal:

2 — Correção da redação dos artigos 8.º, 9.º, 28.º e 29.º do Regulamento do Plano superando a omissão do uso de «serviços», já que, por manifesto lapso, só era feita menção ao uso de «comércio», enquadrando-se esta correção no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º-A do RJIGT.

Efetivamente, é patente a notoriedade do lapso porquanto o mesmo não sucede na alínea b) do Artigo 26º, na alínea e) do n.º 7 do artigo 28.º, na alínea b) da artigo 35º, no n.º 3 do artigo 38.º e na alínea b3) do n.º 6 do artigo 58.º, onde o uso para “comércio” e “serviços” surgem sempre em associação na sua redação.

Com esta correção, a redação das correspondentes normas regulamentares passa a ser a seguinte:

a) No artigo 8.º, alínea e), onde se lia «*áreas de infraestruturas, de equipamentos coletivos e de atividades ligadas à indústria, armazenagem, comércio e turismo que não estão integradas nos perímetros urbanos*» passa a ler-se «*áreas de infraestruturas, de equipamentos coletivos e de atividades ligadas à indústria, armazenagem, comércio, serviços e turismo que não estão integradas nos perímetros urbanos*»;

b) No artigo 9.º, alínea b), onde se lia «*espaços agrícolas periurbanos, onde se mantém o uso agrícola dominante com base em pequenas propriedades e ligado a um povoamento tradicionalmente disperso, com o qual coexistem atividades artesanais, comerciais, pecuárias e industriais de pequena dimensão*» passa a ler-se «*espaços agrícolas periurbanos, onde se mantém o uso agrícola dominante com base em pequenas propriedades e ligado a um povoamento tradicionalmente disperso, com o qual coexistem atividades artesanais, comerciais, de serviços, pecuárias e industriais de pequena dimensão*»;

c) No artigo 28.º, n.º 3, alínea a), onde se lia «*IUB máximo para habitação e comércio: ≤ 0,40*» passa a ler-se «*IUB máximo para habitação, comércio e serviços: ≤ 0,40*»;

d) No artigo 28.º, n.º 4, alínea a), onde se lê «*IUB máximo para habitação, comércio e estabelecimentos industriais do tipo 3 e 4: ≤ 0,60*» deve ler-se «*IUB máximo para habitação, comércio, serviços e estabelecimentos industriais do tipo 3 e 4: ≤ 0,60*»;

e) No artigo 28.º, n.º 5, alínea a), onde se lia «*IUB máximo para habitação, comércio e estabelecimentos industriais do tipo 3 e 4: ≤ 0,70*» passa a ler-se «*IUB máximo para habitação, comércio, serviços e estabelecimentos industriais do tipo 3 e 4: ≤ 0,70*»;

f) No artigo 29.º, onde se lia «*É permitida a construção, ampliação ou remodelação de edifícios destinados a indústria armazenagem e comércio; em parcelas integradas em áreas de usos múltiplos existentes nas seguintes condições:*» passa a ler-se «*É permitida a construção, ampliação ou remodelação de edifícios destinados a indústria, armazenagem, comércio e serviços; em parcelas integradas em áreas de usos múltiplos existentes nas seguintes condições:*»;

3 — Correção da redação do artigo 35.º do Regulamento do Plano, superando a incorreção da ordem sequencial das alíneas de a) a g), enquadrando-se esta correção no disposto no n.º 5 do artigo 97.º-A do RJIGT conjugado com a alínea a) do n.º 4 do mesmo artigo. Com esta correção, a redação da correspondente norma regulamentar passa a ser a seguinte:

«Artigo 35.º

[...]

a) .....

b) .....

c) .....

- d) .....
- e) [anterior alínea f)]
- f) [anterior alínea g)]
- g) [anterior alínea h)]»

4 — Correção da redação do artigo 41.º do Regulamento do Plano superando a omissão da menção a «*infra-estruturas de saneamento básico*» já que, por manifesto lapso, apenas era feita menção «*à construção do interface de transportes da estação de caminho-de-ferro da Moita*», enquadrando-se esta correção no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º-A do RJGT. Com esta correção, a redação da correspondente norma regulamentar passa a ser a seguinte:

«Artigo 41.º

[...]

*Os espaços de infra-estruturas propostos, identificados na planta geral de ordenamento, destinam-se à construção do interface de transportes da estação de caminho-de-ferro da Moita e de infra-estruturas de saneamento básico.»*

Assim, e nos termos do disposto pelos n.ºs 2 do artigo 97.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 23 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJGT), proponho que a Câmara Municipal da Moita:

1. Delibere aprovar a revogação da deliberação camarária de 27.08.2014, e a subsequente «declaração de retificação» n.º 1199/2014;
2. Delibere propor à Assembleia Municipal a revogação da sua anterior deliberação de 26.09.2014, e
3. Delibere aprovar as correções materiais e retificações supra descritas ao PDMM e comunicá-las previamente à Assembleia Municipal da Moita, para aprovação, e à CCDR-LVT, para conhecimento e eventual pronúncia, antes de as submeter para publicação e depósito no Diário da República e no Sistema de Submissão Automática de Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT), respetivamente.

(em anexo: Planta Geral de Ordenamento e Regulamento do Plano corrigidos).”

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

#### **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Sobre esta proposta apelou à memória de todos para que se recordassem que esta questão já foi deliberada, em termos de conteúdo já foi discutido, aprovado e percorreu alguns dos trâmites sendo que foi aí que sucederam duas situações.

Uma delas foi o facto de a CCDR vir dizer, contrariando aquelas que, no entender do executivo, não foram as indicações que tinha dado inicialmente, que o procedimento afinal não tinha percorrido os passos necessários porque primeiro deviam ter obtido aprovação da CCDR e só depois fazer as deliberações dos órgãos, tendo reiterado que no entender do executivo não foram essas as indicações iniciais, até porque este processo nasce precisamente de um problema com a CCDR e com o licenciamento de um ecocentro instalado no concelho há vários anos.

A outra questão trata-se também de uma retificação, ainda que aqui seja mais difícil de explicar mas é daquelas coisas que acontecem ainda que inexplicáveis, que é o facto de um vasto número de pares de

olhos olharam para o regulamento do PDM durante a execução, durante a publicação, durante as alterações e só agora se detetou que havia uma designação incorreta das alíneas num determinado artigo, em que se saltava uma alínea e que por acaso era um artigo que tinha a ver com esta questão e daí aproveitaram a oportunidade para corrigir esse erro material.

**Submetida a proposta a votação**, foi a mesma **aprovada** por maioria com dezassete votos a favor da CDU; nove abstenções, sendo sete do PS, uma do BE, uma do PSD.

## **5 - Atos da Câmara**

### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia fazer uma apresentação.

### **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Atendendo ao adiantado da hora considerou não ser necessário.

Colocado o relatório à discussão Intervieram os seguintes membros:

### **Sr. Pedro Pereira do PS**

Começou por dizer que espera não interferir nas áreas técnicas de ninguém mas sim contribuir para a melhoria do seu concelho.

Continuando, lembrou algumas questões de que falou na Assembleia de fevereiro, e que continuam na mesma, como é o caso das barracas e *roulottes* que estão junto à via pública e da “lixarada” que ali acumulam, sendo que agora até se dão ao luxo de fazer fogueiras, o quiosque da zona F que continua por levantar ou reparar e que cada vez está pior porque a porta já está caída no chão.

Questionou para quando se prevê a abertura do “Clube do Rio” porque estão perto de maio e segundo a previsão da Câmara devia reabrir entre maio e setembro, nomeadamente as piscinas. Mais perguntou se as dívidas do anterior inquilino já haviam sido saldadas.

Informou ainda que entre o depósito da água e a antiga junta de freguesia do Vale da Amoreira existe um caminho junto ao pinhal que está cheio de entulho e que está vergonhoso. Um pouco mais acima, na zona denominada NOPQ que está ao abandono e onde não há construção, existem uns estacionamento numa estrada alcatroada que termina junto ao Pinhal e que estão cheios de entulho e julga que poderiam resolver colocando ali umas manilhas e umas placas, que já lá estiveram mas foram vandalizadas e retiradas, com a indicação de proibição de vazar entulhos.

Perguntou se as instalações da escola primária que existia junto ao restaurante “O Trilho”, nas Arroteias, que foi encerrada há alguns anos e que a Câmara, por motivos de vandalismo, fechou as portas e janelas com tijolo, não poderiam vir a ser aproveitadas beneficiando aquela população e criando ali uma delegação da Câmara ou uma Loja do Cidadão que também daria apoio à zona da Barra Cheia, Bairro Macho, Quinta do Quadrado e Rego D’Água, uma vez que, segundo o informaram, aquela escola foi construída com o esforço dos moradores, razão por que julga que mereciam que também fosse feito algo por eles.

Informou que na rua 6 de Março, nas Arroteias, junto à coletividade dos três “A’s” existe um abatimento no alcatrão há já algum tempo e que a rua, por ser de sentido único, tem duas placas de sentido proibido no inverso do sentido único e um deles está tapado por um poste de iluminação que foi lá colocado há alguns meses, o que faz com que os condutores tenham alguma dificuldade em sair por falta de visibilidade, pelo que não sabe se seria possível aferir a possibilidade de inverter o sentido da rua uma vez que há muito mais visibilidade do que da forma como está.

Mais perguntou se a Câmara tem alguma informação sobre o possível fecho da delegação da segurança social na Baixa da Banheira.

Por último, e para reflexão, perguntou se o concelho poderia criar por freguesias, e porque não por bairros, uns *placards* próprios bem como umas cartas cartográficas com a indicação do nome das ruas porque existe muita gente, inclusive moradores mas também de fora do concelho, que procuram certas ruas mas não as sabem identificar.

### **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, João Miguel**

Disse querer partilhar uma preocupação tendo informado que na última assembleia de freguesia da Moita foi apresentada uma moção relativa às condições em que se encontram a funcionar as forças de segurança, bem como o estado de abandono em que se encontram as instalações do antigo quartel dos bombeiros, o que o fez lembrar, como já aqui foi referido, a escola secundária da Moita que também esteve num elevado estado de degradação durante muitos anos o que levou, com certeza, a que muitos alunos e professores se afastassem dela sendo que, também por isso, a população da Moita se viu prejudicada nas suas condições educativas e académicas. Não quis deixar de realçar que o facto destas instalações estarem ao abandono pode trazer problemas de insegurança acrescidos, à freguesia da Moita e às freguesias abrangidas pela GNR, nomeadamente Alhos Vedros, Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos.

Informou ainda que o intuito da moção é que se coloque um fim ao estado de abandono em que aquele edifício se encontra, bem como dotar as forças de segurança com as melhores condições para o exercício da sua função, pelo que questionou se a Câmara tem alguma informação, se o Ministério da Administração Interna (MAI) vai fazer obras no edifício do antigo quartel para instalar lá a GNR ou não, porque têm recebido queixas da população sobre o estado em que o edifício está e, por vezes, apontam as responsabilidades à Câmara Municipal quando não corresponde à verdade porque o edifício pertence ao MAI e, já no mandato anterior, também o tinha abandonado com promessas de permutas com terrenos e porque, de acordo com uma notícia que viu, parece-lhe que este governo, em final de mandato, está novamente a propor uma permuta e daí questionar se a Câmara tem algum conhecimento ou se isto não é um “empurrar com a barriga” para o próximo mandato e, mais uma vez, abandonar a população da Moita relativamente às instalações das forças de segurança bem como aos equipamentos da responsabilidade do MAI que estão ao abandono.

### **Sr. Carlos Albino do PS**

Disse que iria colocar questões muito simples e que espera, a exemplo do que aconteceu no início desta sessão, poder ouvir as palavras do Sr. Vice-Presidente relativamente à situação que vai apresentar.

Assim, e respondendo ao Sr. João Figueiredo disse que, na qualidade de militante e coordenador da Juventude Socialista (JS) da Moita, que não deixa de ser, a JS não tem nada contra o Fórum da Juventude mas não abdica do Conselho Municipal da Juventude, e que até poderia falar bem se existisse trabalho

realizado no Fórum da Juventude. Aproveitou para, mais uma vez, perguntar o que se está a passar com as atas dessas reuniões que não estão a chegar às devidas entidades.

Apresentou uma questão que considera que diz respeito a todos os cidadãos do concelho da Moita e a todos os munícipes que utilizam e passam pela linha férrea porque a vedação ao longo da linha tem diversas “interrupções”, está muito degradada e as pessoas passam pela linha mesmo junto à estação, e daí querer alertar a autarquia para que faça algo para que, um dia mais parte, não sejam notícia pelos piores motivos, e isso acontece na estação de Alhos Vedros, na estação da Baixa da Banheira, junto ao “Barão&Costa” e junto ao “Modelo”, ou seja, não são situações pontuais, são muitas situações juntas e acha que devem ter isso em atenção e arranjar uma solução que permita o atravessamento das pessoas em segurança, dissuadindo a passagem pela linha.

Por último, e uma vez que já se levantou aqui a questão de um prédio devoluto, disse que junto ao restaurante “Stop” na Baixa da Banheira existe um prédio que, no seu entender, é devoluto uma vez que o acesso é livre porque a entrada não está tamponada e qualquer pessoa pode entrar, vindo dali riscos adversos à saúde e à segurança das pessoas e dos moradores da zona, pelo que gostaria de saber o que está a ser feito para resolver esta situação.

### **Sr<sup>a</sup> Ana Isabel Santos do PS**

Disse que trazia algumas propostas e situações que foi detetando, tendo começado por dizer que gostaria de propor que a autarquia dinamizasse ações de sensibilização sobre a violência no namoro nas nossas escolas porque veio a público que houve um aumento das participações do ano letivo 2012/2013 para o ano letivo 2013/2014 de cinquenta por cento, sendo que o que está a acontecer é que existe uma maior consciencialização o que levou os nossos jovens a denunciar. Disse ainda que há cerca de três semanas houve um evento na escola Lima de Freitas, em Setúbal, que acha que foi muito profícuo e gostava que as nossas escolas também tivessem este tipo de atividades.

No âmbito da saúde disse que existem autarquias vizinhas que integraram a “Rede de Cidades Saudáveis” e também a “Cidade dos Afetos” que são projetos que podem trazer benefícios para os munícipes e que, embora a autarquia tenha que, como é óbvio, assumir compromissos, os benefícios que vêm da adesão a estes projetos são uma mais-valia.

Alertou para a realização de feiras no Pavilhão de Exposições por já se ter deparado com um cenário irreal em que um munícipe em cadeira de rodas não conseguia entrar no pavilhão porque as rampas estavam barradas com carros que possivelmente tinham parado para descarregar e que ficaram eternamente ali.

Mais alertou para a existência de algumas árvores com ramos muito baixos no jardim junto à escola nº2 de Alhos Vedros, por ser do seu conhecimento que já se magoaram duas crianças e que uma delas fez uma marca próxima do olho direito, solicitando que os mesmos sejam cortados para evitar que estes acidentes ocorram.

Por último falou de uma situação que considera um bocado aborrecida e que ocorreu na rua onde estão localizados os estabelecimentos de ensino “Ninho” e a escola nº1 da Moita, porque os pais para entregarem os filhos têm que estacionar e entrar no estabelecimento e há umas semanas foram passadas muitas a vários carros de pais nesta situação. Julga que se deve pensar numa solução ao nível do estacionamento porque ninguém abre a porta do carro para uma criança dos dois aos cinco anos ir sozinha para o estabelecimento de ensino.

### **Sr. Luis Chula do PS**

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual a razão por que a apresentação da romaria aos jornalistas em dois anos seguidos ter sido efetuada no concelho de Palmela.

### **Sr. Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco**

Disse que tinha dois lamentos e um louvor e que iria começar pelos lamentos porque lamenta profundamente, mas lamenta mesmo profundamente, que um funcionário municipal tenha que vir à Assembleia Municipal comunicar problemas correntes, problemas que deveria comunicar no âmbito do seu trabalho, porque se só houvesse uma Assembleia Municipal por ano lá ficavam os sinais e os abatimentos, como também lamenta profundamente que outros membros da Assembleia Municipal não comuniquem logo os problemas à Câmara.

Neste momento interrompeu a sua própria intervenção para exigir ao Sr. Presidente da Assembleia que ficasse registado em ata que o Sr. Pedro Pereira tinha acabado de dizer que lamenta a sua estupidez.

Retomando a intervenção disse que, na sua opinião, a razão por que não o fazem não é para servir a população é para se servirem a eles próprios.

Depois parabenizou a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vereador Miguel Canudo, porque os trabalhadores do mega departamento que ele dirige, graças à ação dos queridos governos, resolveram problemas graves no concelho no âmbito da proteção civil e, na sua opinião, salvaram vidas, sem ter sido necessário a realização de uma Assembleia para se resolverem, através até da articulação com as juntas de freguesia sendo que alguns desses problemas foram detetados por funcionários municipais e não por políticos nem por munícipes.

Por último parabenizou mais uma vez a Câmara Municipal por duas obras muito importantes, a construção e implementação do parque infantil da Quinta dos Algarvios e o complexo desportivo da Quinta da Fonte da Prata que muita falta faz àquela população e acha que, numa altura em que só se retiram e acabam com coisas, a Câmara Municipal estar a criar coisas devia dar aqui algum alento a todos e à bancada da CDU só os motiva a trabalhar mais e a fazer melhor.

### **Sr. Staline Rodrigues do PS**

Sobre o relatório quis dizer que, na sua análise, este documento, e crê que já usou esta expressão, contém imensa “palha” porque estiveram a debater, com alguma incidência, o relatório e contas que é um documento que merece de todos a atenção que foi referida, mas o relatório da atividade municipal tem uma imensidade de páginas que não dizem nada à Assembleia, nem ao povo, nem a ninguém, porque são os meninos que foram ao canto e quantos entraram e quantos saíram, são os bailes da terceira idade, são as torneiras que foram substituídas na escola tal, ou talvez as próprias borrachas da torneira, ou seja, oitenta por cento do relatório é “palha” para os membros da Assembleia.

Por outro lado, crê que toda análise e o trabalho que aqui foi desenvolvido hoje é de extrema importância, todavia a vida do concelho não se esgota nem no orçamento, nem no relatório, nem naquilo que discutiram hoje porque há uma imensidade de pequenas coisas às quais julga que a Câmara tem que dar mais atenção, seja o passeio ou a árvore, tendo-se lembrado que há algum tempo referiu uma questão que tem a ver com a sua idade quando disse que para ir do largo para a parte de trás da Câmara tinha dificuldade em passar por causa das passadeiras.



Fez referência a um jornal de Palmela que diz que já estão elaborados e a ser executados vinte e dois projetos relacionadas com esta nova intervenção do Fundo Comunitário Internacional, dos quais cinco ou seis são intermunicipais, mas apesar do Sr. Presidente da Câmara já ter dado alguns apontamentos ainda não viu nada, em concreto, da parte da nossa Câmara.

Por último, e ainda sobre o referido jornal, disse que há uma organização de apoio aos idosos, algo que também já aqui referiu, e que portanto há uma imensidade de coisas que nos passam à parte, e que no fundo o que está a fazer é um apelo à Câmara para dar atenção às pequenas coisas.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Para que haja estabilidade na Assembleia, uma vez que já estão extremamente cansados, pediu que houvesse alguma atenção porque qualquer outra referência vai prejudicar o funcionamento do órgão.

**Sr. Luis Chula do PS**

Disse estar a perceber que o Sr. Presidente está “ler” ou a “adivinhar” a sua intervenção.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Disse que não está a adivinhar nada mas uma vez que já tinha fechado as inscrições pediu para que não utilizem depois o direito de resposta porque isso não trará com certeza mais vantagens.

**Sr. Luis Chula do PS**

Disse que gostaria que o Sr. Presidente não branqueasse a situação, porque é o que considera que está a fazer ao não o deixar chamar a atenção.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Disse não estar a branquear nada e que o Sr. Luis Chula não tem que chamar a atenção porque o que sucedeu aqui foi uma intervenção com uma opinião e uma reação de outro membro da Assembleia Municipal com uma opinião, pelo que as únicas pessoas que podem, neste caso, e uma vez que não havia mais inscrições, apelar à defesa do direito de honra são os membros em causa.

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder às questões apresentadas.

**Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia**

Começou por dizer que como é do conhecimento de todos os que buscaram esse conhecimento o concurso de concessão para o “Clube do Rio” está a decorrer, o prazo termina na segunda semana de maio seguindo-se a apreciação de propostas e depois decorrerá o processo normal de atribuição da exploração.

Sobre a delegação da segurança social disse não haver indicações de que ela vá fechar mas foram retirados serviços, designadamente o atendimento dos RSI e sabem que a segurança social está num processo de despedimento de pessoas e isso deve preocupá-los e merecer toda a atenção e combate, aliás com repercussões terríveis, por exemplo, ao nível das comissões de proteção de jovens onde o efeito da retirada dos técnicos da segurança social pode ter consequências extremamente graves.

Relativamente ao quartel da GNR disse que, finalmente, teve uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna há cerca de um mês, e aqui fazem a leitura que entenderem mas não podem ser ingénuos ao ponto de esquecer que estão em período pré-eleitoral, mas foi-lhe transmitido que o

Ministério conhece a situação, o que muito o aprazou, têm intenções de construir um novo quartel que é uma das prioridades, o que também o deixou muito feliz ao saber, agora o problema é que não é este ano mas para o próximo. A primeira questão, como de costume, é que a previsão é para o ano mas entretanto vêm as questões de que os comandos da GNR não são favoráveis àquelas instalações e o próprio Ministério considera que é mais complicado o reaproveitamento das instalações antigas do que a construção nova, utilizando os projetos tipo que o próprio Ministério tem, a dimensão também é muito grande uma vez que aquilo se destina apenas ao posto local da Moita e não, como em tempos foi conversado, da possibilidade de poder alojar também o destacamento que atualmente está no Afonsoeiro e, perante esta situação, o Secretário de Estado perguntou se a Câmara estava disponível para estudar a possibilidade de fazer uma permuta entre aquele edifício e um terreno municipal disponível, ao que responderam que sim, enviaram todos os dados sobre os terrenos que têm disponíveis que, como sabem, são naquele loteamento junto ao novo quartel de bombeiros e à Raríssimas, onde existem parcelas que já há muitos anos foram apontadas como possibilidade de instalação ainda da PSP, na altura, e não tiveram entretanto retorno.

Após este contacto inicial o interlocutor passou a ser o Adjunto do Secretário de Estado Adjunto que os informou que alguém tinha visitado a Moita e tinha constatado que afinal as instalações não eram tão grandes como pensavam porque não incluíam o antigo pavilhão, era só o quartel, e que por isso já estavam a estudar se era possível, ou não, utilizar aquelas instalações e pediram dados, levantamento e plantas do edifício que também já enviaram.

No que concerne a intervenções com vista a impedir a intrusão no edifício o Sr. Secretário de Estado nada disse. Vão, naturalmente, continuar a acompanhar o processo mas entretanto aconteceu algo inesperado e que vem introduzir mais um “grão na engrenagem” que é o facto de, como é do conhecimento, o Sr. Secretário de Estado Adjunto se ter demitido na semana passada. Ao que sabem a Ministra da Administração Interna não pretende nomear um novo Secretário de Estado pelo que não sabem se ainda têm interlocutor para continuar a falar sobre esta matéria, e estão à espera de conseguir contactos junto do Ministério. A preocupação do executivo é naturalmente grande, todavia para a semana regressa ao serviço a Comandante do Destacamento, que esteve ausente por licença de maternidade e que é uma pessoa muito ativa e enérgica, conforme demonstrou durante o tempo que esteve ao serviço, e vão falar com ela e vão insistir para que alguém, seja a GNR, seja o Ministério, seja quem tiver que ser, tome medidas para travar a intrusão que está ali a acontecer, obstruindo as entradas ou o que quiserem, porque já há ali uma ocupação que os preocupa, de jovens e população escolar que aproveita o facto de aquilo estar acessível para entrar.

Relativamente às atas do Fórum da Juventude disse que como sabem as mesmas não foram aprovadas, que serão discutidas e aprovadas na reunião seguinte e que nessa altura serão dadas a conhecer.

Quanto às passagens na linha férrea disse que a competência de assegurar a segurança dos cidadãos é, naturalmente, da REFER, e que sempre que têm conhecimento de uma nova passagem aberta indevidamente na linha comunicam e têm noção que a REFER às vezes intervém, outras vezes não sabem se intervém com a rapidez necessária, mas de qualquer maneira é uma responsabilidade deles sendo que a parte da Câmara é dar conhecimento das situações no imediato para que eles possam intervir.

Sobre o edifício devoluto disse que a empresa construtora faliu, deixou-o assim e não há muita coisa que possam fazer, até porque não se sabe exatamente qual é a situação porque se trata de um processo de insolvência e durante esse procedimento os bens não são de ninguém, ou ninguém quer assumir

diretamente as responsabilidades, pelo que se trata de uma situação que não tem uma resolução imediata à vista.

No que concerne às ações sobre a violência no namoro nas escolas disse tratar-se de uma excelente iniciativa para as escolas desenvolverem e que, se o fizerem, terão o apoio do município.

Sobre a questão da apresentação da Romaria informou que a mesma, nos últimos seis ou sete anos, não foi feita nem na Moita nem em Viana do Alentejo, porque escolheram sempre locais que tivessem algum simbolismo relacionado com a Romaria e locais capazes de atrair a comunicação social, e daí já ter sido feita no Casino Estoril ou na Casa do Alentejo. No ano passado foi na Casa Ermelinda de Freitas porque a romaria atravessa terrenos da sua propriedade e este ano foi feita na Herdade do Rio Frio, não só porque a herdade tem uma atividade equestre assinalável, estando inclusive a construir um centro hípico de grande dimensão, como também, e mais uma vez, a romaria atravessa as suas propriedades, para além de, quer um quer outro, serem patrocinadores da própria romaria e daí se ter feito lá a apresentação.

Por último e quanto à questão de que o relatório não interessa disse que admite que não interesse a quem tem uma visceral aversão à Câmara Municipal e a quem a gere, porque deve ficar profundamente incomodado por ver no relatório todas as atividades que lá estão mais as outras que não cabem lá.

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Finda a ordem do dia deu indicação para se proceder à leitura da ata em minuta.

#### **Sr<sup>a</sup> Filomena Ventura do PS**

Informou o Presidente da Assembleia Municipal que pretendia fazer uma declaração que pretendia que ficasse registada em ata.

#### **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo**

Informou que devia proceder à entrega da declaração, por escrito, à Mesa da Assembleia Municipal, cujo teor se transcreve infra:

“Declaração para a ata

Desclassificar, minorizar um eleito municipal, justificando-se ou acusando-o de não cumprir as suas funções enquanto trabalhador, enquadra-se num atentado à liberdade que o 25 de Abril de 74 nos trouxe e relembra-me as atitudes que hoje aqui foram lidas períodos de há 42 anos.

Lamento o desrespeito pelas funções aqui desempenhadas pelo deputado municipal José Pedro pais Pereira.

Filomena Ventura”

**Foi lida a ata da presente sessão em minuta para efeitos imediatos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, era uma hora e trinta e sete minutos do dia trinta de abril de 2015.

O Presidente

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária